

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

7

BELÉN ROLÍN

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
Um Estudo de Caso em um Hospital da República Oriental
do Uruguai

FLORIANÓPOLIS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
Um Estudo de Caso em um Hospital da República Oriental
do Uruguai

Monografia apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como um dos pré-requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Dra. Elisete Dahmer Pfitscher

FLORIANÓPOLIS

2010

BELÉN ROLÍN

**RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:
Estudo de Caso em um Hospital da República Oriental do Uruguai**

Esta monografia foi apresentada no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota final _____ atribuída pela banca examinadora constituída pelo(a) professor(a) orientador(a) e membros abaixo mencionados.

Florianópolis, SC, 01 de julho, 2010.

Prof^a. Dra. Valdirene Gasparetto
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca examinadora:

Prof^a. Dra. Elisete Dahmer Pfitscher
Orientadora

Prof^a. Dra. Maria Denize Henrique Casagrande
Membro

M.Sc João Paulo de Oliveira Nunes
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, pelo amor e pela compreensão que sempre me brindaram.

À professora Elisete, pela sua dedicação, por ter confiado em mim e por ter me dado a chance de realizar este trabalho com sua orientação.

À professora Sandra, pela ajuda, pelo tempo e pela paciência.

Agradeço também aos demais professores da Universidade Federal de Santa Catarina que me receberam em suas aulas com tanta simpatia.

Aos meus avós, a Bettina e Blanca pelo eterno carinho e confiança.

Aos meus amigos, os do Uruguai e os do Brasil, sempre presentes, e especialmente a Maca e Luiz pelo apoio e ajuda.

Aos membros do hospital que me forneceram as informações e imagens que fizeram a realização desse trabalho possível.

*õ Cuando comenzamos la vida, a cada uno se nos da
un bloque de mármol y las herramientas necesarias
para convertirlo en una escultura. Podemos arrastrarlo
intacto detrás de nosotros, podemos reducirlo a grava
o podemos darle una forma gloriosa.ö*
Uno ó Richard Bach

RESUMO

ROLÍN, Belén. **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**: um estudo de caso em um hospital da República Oriental do Uruguai. 107 p. Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

Atualmente a importância de que as empresas incluam em seus planos de gestão o aspecto ambiental, tem aumentado consideravelmente. Isso possibilita que ações ambientalmente corretas comecem a ser realizadas. Nesse contexto, argumenta-se ser interessante analisar a gestão ambiental em termos da prática de responsabilidade socioambiental de um hospital da República Oriental do Uruguai, por meio da ferramenta Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA). Esta pesquisa, de caráter exploratório, fez uso de dados qualitativos obtidos por meio de um estudo de caso mediante a aplicação de um questionário com 128 questões, e buscou analisar como é realizada a prática de responsabilidade socioambiental no hospital estudado. Dentre os resultados evidenciou-se que o desempenho ambiental da instituição em termos do grau de sustentabilidade, alcançou um nível Deficitário geral (36,63%), e em três dentre sete aspectos, a saber: (i) Indicadores Contábeis (11,76%); (ii) Auditoria Ambiental (29,03%); e, (iii) Indicadores Gerenciais (42,86%). O que reflete que o hospital tem imensas deficiências em termos da sua gestão ambiental, pois não tem muitos investimentos nessa área, nem em termos de estrutura física nem em capacitação dos funcionários. Em consequência, elaborou-se um Plano Resumido de Gestão Ambiental utilizando a ferramenta 5W2H, com sugestões de medidas a serem tomadas pela instituição com o intuito de melhorar esses aspectos nos quais se observou um desempenho fraco. Em linhas gerais verificou-se que embora os gestores do hospital tenham preocupações com o impacto das atividades hospitalares e um grande respeito ao meio ambiente, ainda assim, decisões estratégicas devem ser tomadas para que a gestão ambiental da instituição melhore.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Gestão ambiental. Hospital do Uruguai. Sustentabilidade

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Abordagens para a Gestão Ambiental Empresarial.....	20
Quadro 2: Análise crítica dos conceitos de Responsabilidade Social	25
Quadro 3: Fases do método GAIA	26
Quadro 4: Descrição dos processos de Incineração e Autoclavagem.....	34
Quadro 5: Processos de tratamento de resíduos ó vantagens e desvantagens dos métodos	35
Quadro 6: Artigos sobre Responsabilidade socioambiental, publicados no período analisado	38
Quadro 7: Autores mais citados nos artigos analisados.....	39
Quadro 8: Atitudes e participação dos envolvidos na proteção ambiental.	45
Quadro 9: Estrutura da Lista de Verificação aplicada	51
Quadro 10: Avaliação da Sustentabilidade e Desempenho Ambiental.....	52
Quadro 11: Critério I ó Fornecedores	54
Quadro 12: Critério II ó Sub-critério A: Incineração de resíduos	55
Quadro 13: Critério II ó Sub-critério A: Autoclavagem	56
Quadro 14: Critério IV ó Tratamento com pacientes	59
Quadro 15: Critério V ó Indicadores Gerenciais	60
Quadro 16: Critério V ó Recursos Humanos na Organização	62
Quadro 17: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério A: Indicadores Ambientais de Bens, Deveres e Obrigações.....	64
Quadro 18: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério B: Indicadores Ambientais de Contas de Resultados	65
Quadro 19: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério C: Indicadores de Demonstração Ambiental Específica	66
Quadro 20: Critério 7 ó Auditoria Ambiental	69
Quadro 21: Plano Resumido de Gestão Ambiental com aporte da Contabilidade e Controladoria Ambiental	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura do SICOGEA.....	29
Figura 2: Primeira etapa do SICOGEA	30
Figura 3: Segunda etapa do SICOGEA	31
Figura 4: Fases da terceira etapa do SICOGEA.....	32
Figura 5: Fachada do Hospital pela Avenida Centenario	43
Figura 6: Torre 6 ó nova edificação	44
Figura 7: Adaptação da segunda etapa do SICOGEA	46
Figura 8: Estrutura da fase Investigação e Mensuração ó Terceira etapa	48
Figura 9: Kgs. de resíduo contaminado coletado	57
Figura 10: Planta de tratamento de resíduos hospitalares	58
Figura 11: Autoclave	58
Figura 12: Fachada principal do Hospital, pela <i>Avenida 8 de Outubro</i>	106
Figura 13: Interior do edifício principal.....	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sustentabilidade parcial por critério e sub-critério	52
Tabela 2: Classificação da sustentabilidade dos critérios.....	53
Tabela 3: Prioridade na sustentabilidade dos critérios	70

LISTA DE ABREVIATURAS

A ó Adequada

ANPCONT ó Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

ART ó Artigo

D ó Deficitária

DINAMA ó *Dirección Nacional de Medio Ambiente*

DNSFFAA ó *Dirección Nacional de Sanidad de las Fuerzas Armadas*

EnANPAD ó Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

GAIA ó Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais

MSP ó *Ministerio de Salud Pública*

MVOTMA ó *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente*

NA ó Não se adapta

ONU ó Organização das Nações Unidas

ROU ó República Oriental do Uruguai

SGA ó Sistemas de Gestão Ambiental

SICOGEA ó Sistema Contábil- Gerencial e Ambiental

USP ó Universidade de São Paulo

5W2H ó *what, why, when, where, who, how, how much* (o que, por que, quando, onde, quem, como, quanto custa)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1.2 TEMA E PROBLEMA.....	15
1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA.....	15
1.3.1 Objetivo Geral	15
1.3.2 Objetivos Específicos	15
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	16
1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 GESTÃO AMBIENTAL.....	19
2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL	21
2.2.1 Afiliação teórica de responsabilidade social	21
2.2.2 Conceitos de responsabilidade social encontrados na literatura	23
2.3 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL	25
2.3.1 Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais - GAIA	26
2.3.2 Sistema Contábil-Gerencial Ambiental ó SICOGEA.....	27
2.4 TRATAMENTO DOS RESÍDUOS NAS UNIDADES HOSPITALARES	33
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	36
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	36
3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO	37
3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS	39
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	42
4.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	42
4.2 APLICAÇÃO PARCIAL DO SICOGEA.....	45
4.2.1 Integração da Cadeia de serviços	45

4.2.2 Gestão do controle Ecológico	46
4.2.3 Gestão dos Hospitais com envolvimento da Contabilidade e Controladoria Ambiental	47
4.2.3.1 Investigação e mensuração.....	48
4.2.3.1.1 AÇÃO 1 ó Sustentabilidade e Estratégia ambiental.....	49
4.2.3.1.2 AÇÃO 2 ó Comprometimento	71
4.2.3.1.3 AÇÃO 3 ó Sensibilidade das partes interessadas.....	73
4.3 PLANO RESUMIDO DE GESTÃO.....	74
5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	76
5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
5.2 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	78
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE A ó Lista de Verificação aplicada à empresa	83
APÊNDICE B ó Lista de Verificação com as respostas.....	92
ANEXO A ó Modelo de Lista de Verificação.....	99
ANEXO B ó Fotos da instituição pesquisada.....	106

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A relevância das questões ambientais tem crescido nas últimas décadas devido aos problemas de poluição evidenciados em diversos países. As conferências internacionais a respeito têm demonstrado imensa preocupação com o meio ambiente. Nesse contexto, as organizações estão tomando consciência da importância que seus processos produtivos têm em relação ao meio ambiente já que muitas são destacadas pela poluição que originam. Por isso, as sociedades estão mais e mais a exigir medidas mais eficazes e incisivas a fim de obter a conservação dos recursos naturais e a mitigação das externalidades negativas geradas por tais empresas.

No Uruguai, conforme estabelece o art. 2 da Lei Nº 17.283 de dezembro do ano 2000, que se refere à proteção ambiental *“Los habitantes de la República tienen el derecho a ser protegidos en el goce de un ambiente sano y equilibrado.”* (WWW.PARLAMENTO.GUB.UY) O que significa que todo habitante da ROU - *República Oriental de Uruguai* tem direito a desfrutar de um meio ambiente equilibrado. Porém, não são apontados apenas direitos, mas responsabilidades por zelar pelo cuidado e pela proteção desse ambiente. Segundo a Constituição da República no art. 47 *“La protección del medio ambiente es de interés general. Las personas deberán abstenerse de cualquier acto que cause depredación, destrucción o contaminación graves al medio ambiente [í]ö.* Com isso, verifica-se que o meio ambiente é questão de interesse geral e que todos precisam evitar atos contra ele. (WWW.PARLAMENTO.GUB.UY).

No decorrer dos anos, houve muitas mudanças importantes em termos ecológicos que trouxeram um aumento do volume de negócios com o incremento no consumo dos produtos *“ecologicamente corretos”*, cujos processos produtivos têm menor impacto no meio ambiente. Em função disso, tornou-se necessário, para as

empresas, adotar duas ferramentas gerenciais: a gestão ambiental e a responsabilidade ambiental. (TACHIZAWA; 2004 *apud* PFITSCHER; 2004).

A gestão ambiental pode ser definida, segundo May *et al* (2003, p.167), como uma estrutura organizacional que permite à empresa avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades, produtos ou serviços. Um bom acompanhamento de tais impactos permite à empresa analisar com mais clareza as repercussões que estes têm sobre seu desempenho econômico e perceber oportunidades e ameaças perante as quais está exposta em termos ambientais.

O comportamento das empresas em relação ao meio ambiente tem mudado, sendo que anteriormente as ações ambientais aconteciam apenas devido à legislação. No entanto, atualmente se tornou uma necessidade para atender novos mercados. Assim, a questão ambiental se tornou um diferencial pelo qual a empresa deve optar ao incluir em sua estratégia investimentos em práticas menos nocivas ao meio ambiente.

Em função dessa necessidade as empresas começaram a ter comportamentos ambientais proativos, e daí passou a ser aplicado o conceito de desenvolvimento sustentável. Segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), é o desenvolvimento que atende as necessidades presentes, mas sem arriscar a capacidade das futuras gerações em satisfazê-las. (RIBEIRO, 2006).

Siqueira no seu estudo afirma que, a gestão ambiental tem se constituído num fator decisivo que afeta a imagem da empresa, a qualidade dos seus produtos, os custos, a comercialização e a competitividade, diz também que a maneira das empresas alcançarem a sustentabilidade organizacional é tendo também em conta as questões ambientais nas suas estratégias. (SIQUEIRA *et al*, 2006).

1.2 TEMA E PROBLEMA

Como foi mencionado, atualmente para que uma empresa seja considerada sustentável é fundamental que esteja envolvida com práticas ecológicas corretas propostas à partir de uma gestão ambiental adequada. Varias são as formas de medir essa sustentabilidade, porém neste trabalho adotaremos uma delas em particular, que é baseada na aplicação da ferramenta de Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA)

Por tudo isso, este trabalho tem como tema a gestão ambiental de um hospital da República Oriental do Uruguai (ROU), com o auxílio da aplicação parcial da ferramenta SICOGEA, procurando responder a seguinte pergunta de pesquisa:

Como é realizada a prática de responsabilidade socioambiental em um hospital?

1.3 OBJETIVOS DE PESQUISA

Este capítulo classifica os objetivos gerais e específicos do estudo realizado.

1.3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar a gestão ambiental em termos da prática de responsabilidade socioambiental do hospital pesquisado, por meio da ferramenta de Sistema Contábil Gerencial Ambiental (SICOGEA).

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar o objetivo geral buscam-se os seguintes objetivos específicos:

- Verificar a atuação do hospital quanto à legislação pertinente com relação ao tratamento de resíduos hospitalares;
- Analisar as atuações do hospital na área ambiental, com aplicação parcial do SICOGEA;
- Calcular a sustentabilidade ambiental do hospital analisado; e
- Apresentar um plano resumido de gestão ambiental com aporte de contabilidade e controladoria ambiental.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A ideia de pesquisar um hospital do Uruguai surgiu pela necessidade de verificar as práticas da gestão ambiental de uma instituição desse setor com vistas a não poluição do meio ambiente. Tratando-se de um hospital, o que foi relatado anteriormente pode ter certa relevância, devido ao fato de que os resíduos hospitalares podem causar problemas incomensuráveis para o ambiente e à sociedade em geral.

Este trabalho visa evidenciar a importância da utilização da gestão ambiental oferecendo, ao mesmo tempo, um diagnóstico que permita auxiliar na gestão do próprio hospital pesquisado.

Considera-se que o tema é original já que se pesquisaram 23 (vinte e três) artigos nos principais Congressos de Contabilidade do Brasil e não se encontrou sequer um que tratasse sobre o mesmo. Além disso, entende-se que os resultados apresentados podem ser reveladores aos próprios gestores do hospital pesquisado, com probabilidades de contribuir aos futuros direcionamentos da instituição em termos ambientais.

Evidentemente, trata-se de um tema de relevante importância já que se refere à problemática ambiental e analisa como a instituição pesquisada tem atuado em relação a ela, reflexo e futuro referencial também para diversas outras instituições.

Finalmente, o tema tornou-se viável em função de que o prazo para abordá-lo foi suficiente, a pessoa que facilitou a informação foi adequadamente contatada e a coleta de dados tornou-se possível mediante a aplicação de questionários via e-mail.

Além das justificativas anteriores, vale ressaltar que a pesquisadora não só é oriunda da República Oriental do Uruguai, mas também possui certo envolvimento com o hospital pesquisado, razão pela qual tem seu interesse nesta pesquisa.

1.5 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa propõe a análise da gestão ambiental de um hospital, por meio de um estudo de caso baseado na aplicação parcial de uma ferramenta conhecida como SICOGEA.

Quanto à delimitação do estudo com relação ao horizonte espacial, será analisado especificamente um hospital da República Oriental del Uruguai.

Aplicam-se, na instituição pesquisada, somente alguns das fases de cada etapa do SICOGEA:

- Primeira etapa; •Integração da cadeia de serviços•, a primeira fase •Formação dos grupos de trabalho•, e a segunda •Discussão sobre a realidade do serviço hospitalar e avaliação dos efeitos ambientais•;
- A primeira e segunda fase, •Polo de Atendimento• e •Diagnóstico das regiões• respectivamente, da segunda etapa;
- E a primeira fase •Investigação e mensuração• da terceira etapa. Portanto, neste último aspecto procede-se a aplicação de uma •Lista de Verificação• que corresponde à primeira ação da fase: •Sustentabilidade e Estratégia Ambiental•.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente trabalho divide-se em cinco seções distintas começando pela (i) apresentação do contexto do tema de pesquisa e a definição do problema a ser pesquisado; (ii) objetivo geral; (iii) objetivos específicos; (iv) a justificativa; e, (v) a delimitação da pesquisa.

Na segunda seção, apresenta-se a fundamentação teórica onde são estudados diversos temas relativos à pesquisa tais como: Gestão Ambiental; Responsabilidade social; Sistemas de Gestão Ambiental: GAIA ó Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais; SICOGEA; tratamento dos resíduos nas unidades hospitalares do Uruguai.

Quanto à terceira seção, busca-se estabelecer a metodologia de pesquisa, onde se aborda: (i) o enquadramento metodológico, (ii) procedimentos para revisão do referencial teórico; e, (iii) procedimentos para a coleta dos dados.

Na quarta seção, apresentam-se os resultados do estudo, começando por (i) um breve histórico da instituição, e logo, (ii) aplicação parcial do SICOGEA.

Quanto à quinta seção, mostram-se as conclusões e sugestões para futuros trabalhos. Finalmente, enumeram-se as referências bibliográficas utilizadas na pesquisa, os Apêndices e Anexos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Expõe-se, neste capítulo, a base teórica necessária para o melhor entendimento do presente estudo, partindo da explicação das fontes de informações utilizadas.

Os eixos teóricos que informam o presente estudo ó Responsabilidade social, Gestão Ambiental, Sistemas de Gestão Ambiental: GAIA e SICOGA, Tratamento dos resíduos nas unidades hospitalares do Uruguai ó são explorados, em termos de revisão de literatura, nas subseções a seguir.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL

Nascimento comenta sobre a Gestão Ambiental conforme se vê nas suas palavras: ãA gestão socioambiental não é apenas a unificação das variáveis social e ambiental na gestão das organizações. A gestão socioambiental ocorre pelo fato das questões ambientais possuírem interfaces com as questões sociais e vice-versa.õ (NASCIMENTO, 2007, p.8). Vê-se então, que não é possível separar o termo social e ambiental, neste trabalho é adotada essa ideia, já que deve se considerar que os impactos das ações das empresas para com o meio ambiente repercutem nas comunidades de uma forma ou outra.

Righetti *et al* (2005) afirmam que dentro das diferentes estratégias que a gestão ambiental pode adotar pode haver uma postura estratégica ou, ao contrário, uma postura reativa. Sendo que a primeira considera a questão ambiental como uma oportunidade de obter vantagem competitiva para a empresa. Entretanto, se observa que, na maioria das empresas, a postura é reativa.

Barbieri (2004, apud RIGHETTI *et al*, 2005), apresenta três visões de abordagem para a gestão ambiental empresarial: controle da poluição, prevenção da poluição, abordagem estratégica. As três se encontram resumidas no Quadro 1:

CARATERÍSTICAS	ABORDAGENS		
	Controle da Poluição	Prevenção da Poluição	Abordagem Estratégica
Preocupação básica	Cumprimento da Legislação e resposta às pressões da comunidade	Uso eficiente dos insumos	Competitividade
Postura típica	Reativa	Reativa e pró-ativa	Reativa e pró-ativa
Ações típicas	Corretivas	Corretivas e preventivas	Corretivas, preventivas e antecipatórias
	Tecnologias de remediação e de controle no final do processo (end-of-pipe)	Conservação e substituição de insumos	Antecipação de problemas e captura de oportunidades utilizando soluções de médio e longo prazo
	Aplicação de normas de segurança	Uso de tecnologias limpas	Uso de tecnologias limpas
Percepção dos empresários e administradores	Custo adicional	Redução de custo e aumento da produtividade	Vantagens Competitivas
Envolvimento da alta administração	Esporádico	Periódico	Permanente e Sistemático
Áreas envolvidas	Ações ambientais confinadas nas áreas produtivas	As principais ações ambientais continuam confinadas, mas há crescente envolvimento de outras áreas.	Atividades ambientais disseminadas pela organização. Ampliação das ações ambientais para toda a cadeia produtiva.

Quadro 1: Abordagens para a Gestão Ambiental Empresarial
Fonte: Barbieri (2004, apud Righetti *et al* 2005, p.5)

O Quadro 1 mostra que a abordagem estratégica é aquela que pode ser considerada como a melhor escolha das empresas visto que considera que a gestão ambiental é uma vantagem competitiva e não somente um custo extra. Com esta abordagem percebe-se haver tanto uma participação constante da alta administração, quanto do resto da empresa através das atividades compartilhadas com as demais áreas. Sendo, portanto, as ações não somente corretivas e preventivas, mas antecipatórias.

No outro extremo, encontra-se o controle da poluição, entendido como aquela postura que se limita ao atendimento da legislação e que se dedica a

solucionar os problemas ambientais apenas quando eles ocorram, uma vez que considera que todo o investimento na área representa apenas custos para a empresa.

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Tendo em conta que a pergunta orientadora do presente trabalho faz referência à responsabilidade socioambiental, nesta subseção apresenta-se a afiliação teórica do conceito mencionado adotado pela autora e, na sequência, apresentam-se os diversos conceitos de responsabilidade social encontrados na literatura que são analisados à luz da afiliação teórica adotada.

2.2.1 AFILIAÇÃO TEÓRICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A necessidade de estabelecer uma afiliação teórica surge em consequência das diversas definições encontradas nos artigos publicados nos principais congressos do Brasil. Verificou-se que, dos artigos publicados e finalmente selecionados no período de 2004 a 2009, apenas 36% contém definição do conceito de Responsabilidade Social.

Como foi mencionado anteriormente, considera-se fundamental conceituar Responsabilidade Social dado que este trabalho refere-se diretamente ao tema. Por conseguinte, apresenta-se a afiliação teórica de Responsabilidade social que consiste numa visão dos negócios que incorpora na gestão das empresas o respeito pelos valores e princípios éticos, às pessoas, à comunidade e o meio ambiente, conforme o estabelecido por DERES (organização de empresas que visa promover o desenvolvimento conceptual e prático da Responsabilidade Social Empresarial no Uruguai). Também se define como um conjunto de políticas, práticas e programas que influenciam no processo de tomada de decisões. (WWW.DERES.COM.UY).

Observa-se que o termo Responsabilidade social inclui o aspecto ambiental, como já mencionado na gestão ambiental, por isso, se utiliza também o termo Responsabilidade socioambiental com um nível equivalente à Responsabilidade social. Utiliza-se nesse trabalho, especificamente, o termo "Responsabilidade socioambiental" dado à ênfase de sua vinculação ao meio ambiente.

Para Savitz e Borger (2007, 2006, *apud* RIBEIRO, 2009) o conceito de empresa de sucesso foi cada vez mais se aproximando do conceito de empresas com responsabilidade socioambiental, o que significa compromissos com a sociedade, seus funcionários e o meio ambiente. Isto ocorreu pela importância que assumiu o termo sustentabilidade no mundo dos negócios a partir da década de 1980. Isso serviu como impulso para que as empresas promovessem sua inserção nos assuntos do meio ambiente e da sociedade, colocando o tema entre seus mais imediatos interesses, mudando por consequência seus estilos e modelos de gestão.

Segundo Robert Van Altena, membro do KPMG's Audit Committee Institute da Holanda, aquelas empresas de negócio que forem percebidas pela sociedade como "anti-sociais" têm possibilidades de terem problemas no mercado, como por exemplo, na diminuição do faturamento por seus consumidores estarem em desacordo com certas atividades ou abordagens suas, perda de clientes como resultado do descumprimento de códigos afins e aumento de preços devido aos custos mais elevados da energia e o impacto das políticas em relação às alterações climáticas. (WWW.KPMG.COM)

Por tudo isso, considera-se que é significativamente importante para as organizações que a responsabilidade socioambiental seja incluída entre seus valores e princípios, em suas estratégias, em sua missão e visão.

2.2.2 CONCEITOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL ENCONTRADOS NA LITERATURA

Neste tópico, se discutem os diferentes conceitos ou entendimentos de Responsabilidade social localizados nos artigos consultados. No Quadro 2, apresentam-se os conceitos de Responsabilidade social encontrados na literatura e a análise crítica desses conceitos à luz da afiliação teórica adotada pela autora deste trabalho.

CONCEITO ENCONTRADO NA LITERATURA	ANÁLISE CRÍTICA
Para Gonçalves e Heliodoro (2005) a responsabilidade social implica um sentido de obrigação para com a sociedade que compreende a proteção ambiental, projetos educacionais, planejamento da comunidade e serviços sociais no geral.	Esta visão transmite que a responsabilidade social é obrigatória, o que se associa ao que pode emanar das leis ou regulamentações. Portanto, considera-se uma definição um tanto limitada.
A responsabilidade social da empresa consiste na a eliminação e/ou redução dos efeitos negativos do processo de produção e preservação dos recursos naturais, principalmente os não renováveis, através da adoção de tecnologias eficientes, ao mesmo tempo em que se tem em conta o aspecto econômico. (GESTÃO ambiental..., 2006)	O conceito limita a abrangência da responsabilidade social unicamente ao âmbito ambiental. Basicamente, nos aspectos nos quais os processos produtivos impactam no meio ambiente.
Para Barbosa <i>et al</i> (2007) ao se referir a Responsabilidade social considera-se que a empresa assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas na lei, embora não estejam vinculadas diretamente as suas atividades sempre que contribuam ao desenvolvimento sustentável da sociedade.	O conceito estabelece que a responsabilidade social, mesmo que não seja por causa das leis, consiste em uma obrigação para a empresa e não uma opção para se inserir nos mercados e sobressair em relação à concorrência.

CONCEITO ENCONTRADO NA LITERATURA	ANÁLISE CRÍTICA
<p>Com o passar dos anos, e consequentemente o desenvolvimento e surgimento de novas tecnologias, as empresas passaram a dar mais importância às ações que não necessitam de um grande montante de desembolso financeiro, mas que geram um bom retorno para a empresa, diante a sociedade, através da imagem. Este artifício usado é conhecido mundialmente como: responsabilidade social. A responsabilidade Social pode ser definida como o dever da empresa de ajudar a sociedade a atingir seus objetivos. É uma maneira de a empresa mostrar que não existe apenas para explorar recursos econômicos e humanos, mas também para contribuir com o desenvolvimento social. É uma espécie, de prestação de contas. (A RESPONSABILIDADE socioambientalí , 2008)</p>	<p>O ponto forte do conceito e que a empresa revela-se não só como uma entidade que utiliza recursos, más também que de alguma forma intenta retribuir à sociedade parte de isso. Porém, o ponto fraco é que se considera a responsabilidade social como um artifício, uma forma enganosa de obter algo.</p>
<p>A Responsabilidade Social são ações das empresas que mostram que elas possuem responsabilidades para com os <i>stakeholders</i>, entre os quais se encontram as comunidades onde estão inseridas. Com essas ações as empresas podem obter novas oportunidades, tais como, ganhos de reputação. (MACHADO FILHO, 2006 <i>apud</i> ANÁLISE de sustentabilidade..., 2009).</p>	<p>O conceito não permite identificar a que tipo de ações se refere, e ainda, limita-se somente ao âmbito social sem mencionar o ambiental.</p>
<p>Responsabilidade social implica mais do que cumprimento as obrigações de respeitar as leis e pagar impostos. As empresas são responsáveis socialmente porque acreditam que serão uma empresa melhor ao contribuir para uma sociedade mais justa. A empresa responsável pensa nas consequências de suas ações a respeito do impacto que pode ter no meio ambiente e em todos os seus usuários internos e externos. Responsabilidade social e ambiental significa respeitar as relações com os funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, Governo e meio ambiente. (CONTABILIDADE ambiental..., 2009)</p>	<p>O conceito lhe da às empresas características humanas, como pensar, acreditar. Diversos autores consideram que as empresas não são responsáveis socialmente porque serão "melhores" e sim porque isso lhes trará benefícios futuros em vários aspectos.</p>
<p>A responsabilidade socioambiental é a expressão de uma nova postura empresarial, vislumbrando uma gestão comprometida com a ética e o resgate da cidadania. Nesse contexto a organização assume um papel social ainda maior na busca pelo bem-estar público e de seus colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico. As empresas que desenvolvem responsabilidade social buscam relacionamentos específicos com os clientes e os demais públicos, que possuem interesses no êxito das atividades. (RESPONSABILIDADE socioambiental no setor financeiro..., 2009)</p>	<p>O conceito está alinhado à afiliação teórica adotada neste estudo. O conceito apresenta a necessidade de um processo estruturado de gestão no qual esteja inserta a responsabilidade social.</p>

CONCEITO ENCONTRADO NA LITERATURA	ANÁLISE CRÍTICA
Segundo Alberton (2004) A responsabilidade social de uma determinada empresa vincula-se às ações comunitárias, geralmente na sua região e em relação ao meio ambiente. Também, consiste em a preocupação por investir no bem estar de seus funcionários com o objetivo de criar um ambiente de trabalho mais harmonioso.	O conceito aproxima-se ao adotado neste estudo, porém não especifica o fato de que a responsabilidade social deve estar inserta logo nas estratégias da empresa.

Quadro 2: Análise crítica dos conceitos de Responsabilidade Social

Fonte: Elaborado pela autora.

A responsabilidade social desde a década de 1950 vem sendo considerada no meio empresarial e, percebe-se que as definições encontradas não chegam a um consenso sobre como conceituar o termo, entretanto, apresentam pontos em comum. Observa-se que muitos artigos publicados nos principais congressos de contabilidade do Brasil não definem responsabilidade social, assim como, não especificam a afiliação teórica a ser aplicada. Outra crítica que pode fazer aos conceitos encontrados é que alguns deles não incluem o aspecto ambiental e, inclusive fazem menção à responsabilidade social como uma obrigação.

2.3 SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

Os sistemas de gestão ambiental (SGA) são ferramentas que colaboram no processo de administração das organizações possibilitando uma melhor vinculação com o meio ambiente. Segundo Tinoco e Kraemer (2008, p.126) os SGA consistem para as empresas ão planejamento de suas atividades, visando à eliminação ou minimização dos impactos no meio ambiente, por meio de ações preventivas ou medidas mitigadoras. Assim apresentam-se neste tópico os métodos GAIA - Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais, e SICOGA - Sistema Contábil-Gerencial Ambiental.

2.3.1 GERENCIAMENTO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS - GAIA

O método de Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais (GAIA) elaborado pelo professor Dr. Lerípio, foi demonstrado na sua tese de doutorado e tem como tema principal a sustentabilidade ambiental.

O GAIA tem como foco o desenvolvimento de uma consciência crítica dos indivíduos que compõem a organização, em termos dos níveis de desperdício de matérias-primas e insumos do processo produtivo, tanto quanto aos efeitos prejudiciais ao meio ambiente, produzidos pelos resíduos, pelos efluentes e pelas emissões. (SOUSA *et al*, 2006).

O método GAIA encontra-se dividido em três fases e cada uma têm seu próprio objetivo e ainda, contêm subdivisões representadas pelas atividades a serem realizadas em cada uma delas. No Quadro 3 apresentam-se as fases do GAIA e os seus correspondentes objetivos:

FASE	OBJETIVO
Sensibilização	Proporcionar a adesão e o comprometimento da alta administração com a melhoria contínua do desempenho ambiental.
Conscientização	Identificar a cadeia de produção e consumo e os principais aspectos ambientais, especialmente o processo produtivo da organização alvo.
Capacitação	Capacitar os colaboradores a definir e implementar as melhorias no desempenho ambiental.

Quadro 3: Fases do método GAIA
Fonte: adaptado de Souza (2006, p.6)

Para alcançar a adesão da alta administração, na primeira fase, “Sensibilização”, inicia-se pelo preenchimento de uma “Lista de Verificação” com 79 questões, lista esta que será posteriormente analisada com o intuito de determinar o nível de sustentabilidade da organização. Com essa informação poderá se

conscientizar a administração da situação real da empresa o que pode ser o começo de um processo de mudanças na organização.

Em segundo lugar, a fase de "Conscientização" se traduz em uma série de atividades que visam obter um conhecimento integral do processo produtivo da empresa, dos insumos e matérias primas utilizadas, assim como do impacto que esse processo possa ter no que diz respeito ao meio ambiente.

Finalmente, na fase de "Capacitação" procura-se criar soluções adequadas para os principais problemas e impactos e, em função disso, elaborar um plano de atividades que se deva seguir, para implementar as possibilidades de melhoria, o que certamente requererá investimentos e mudanças nos processos da organização.

2.3.2 SISTEMA CONTÁBIL-GERENCIAL AMBIENTAL ó SICOGEA

O SICOGEA surgiu a partir da adaptação do método GAIA, e integra a contabilidade e a controladoria ambiental. Baseada neste método, a professora Pfitscher formulou o SICOGEA na sua tese de doutorado no ano 2004. Ela destaca que:

Os gestores não percebem o quanto o processo de gestão ambiental pode estar interferindo nas questões ambientais, sociais, políticas e econômicas. Neste sentido, é papel da controladoria disponibilizar ou possibilitar informações para definição de formas de atuação que preservem o meio ambiente sem interromper a continuidade das atividades de forma competitiva no mercado. (PFITSCHER, 2004, p.102)

O SICOGEA pretende integrar aos sistemas de informações da empresa dados que mostrem as situações vinculadas com o meio ambiente capazes de modificar os resultados da empresa e a avaliação econômica da sua gestão ambiental. Este Sistema consta de três etapas, a saber:

1. Integração da cadeia produtiva;
2. Gestão do controle ecológico;
3. Gestão da Contabilidade e da controladoria ambiental.

Na Figura 1 mostra-se a estrutura geral do SICOGEA com as fases de cada etapa e as ações a realizar em cada uma delas.

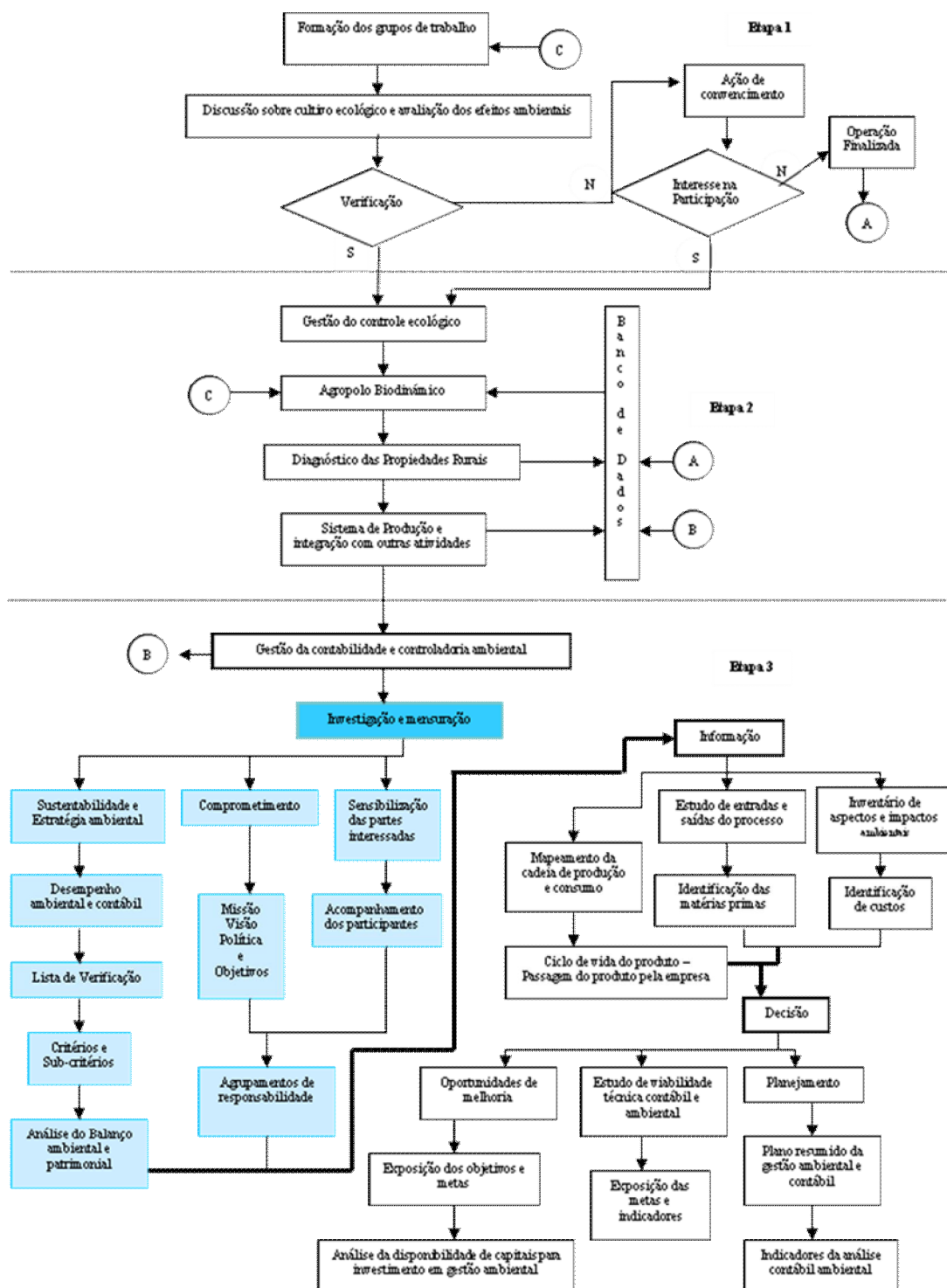


Figura 1: Estrutura do SICOGEA

Fonte: de Pfitscher, 2004, p.105

Cada uma das etapas deste Sistema contempla várias fases. A primeira etapa integra a formação dos grupos de trabalho, a discussão e a avaliação dos efeitos ambientais que são causados pela organização, e finalmente se faz a verificação dos interessados, conforme Figura 2:

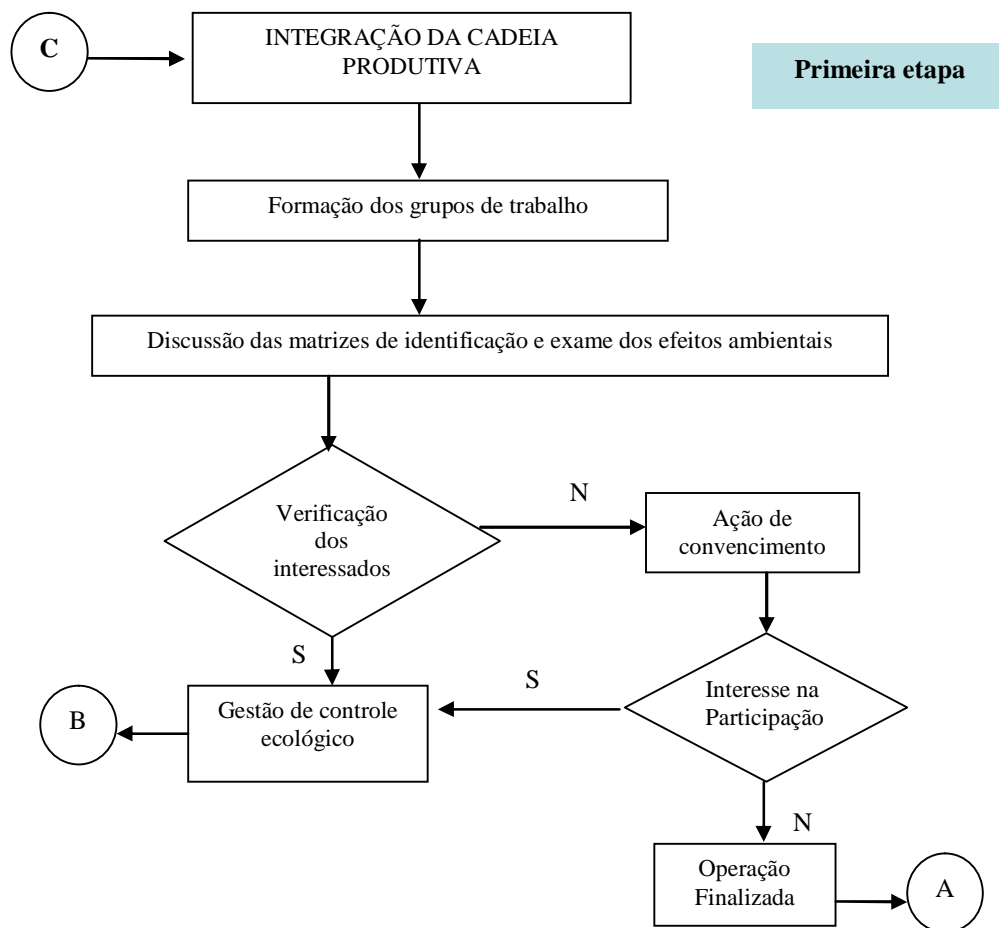


Figura 2: Primeira etapa do SICOGEA
Fonte: Pfitscher, 2004, p.106

Antes de seguir para a segunda etapa, verifica-se se o Banco de Dados está contemplando todos os registros dos grupos de trabalho. Na Figura 2 mostram-se

três grupos de pessoas (A; B; C) que formam parte da Base de Dados e que logo poderão ser chamados para colaborar no processo.

A segunda etapa se trata da Gestão do controle ecológico, nela não só analisam-se os controles ambientais das organizações comprometidas para a armazenagem da informação na base de dados, mas também se analisa o sistema de produção e integração com outras atividades. Ainda, esta etapa possibilita o começo da análise da Gestão da contabilidade e a controladoria ambiental. Dá-se também a análise comparativa dos aspectos econômicos e ambientais, assunto que será tratado no presente trabalho.

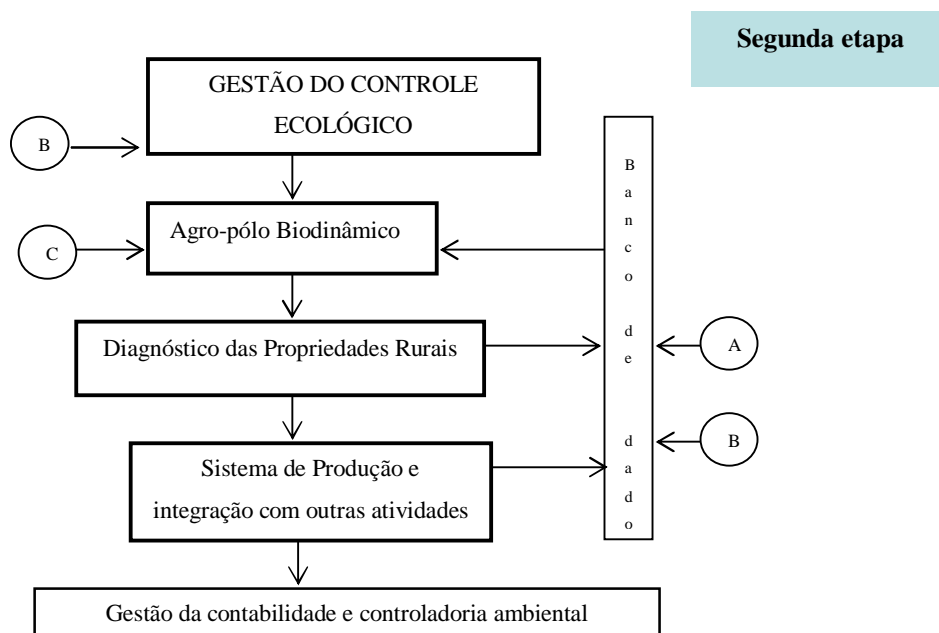


Figura 3: Segunda etapa do SICOGEA
Fonte: Pfitscher, 2004, p.106

A terceira e última etapa consta de três fases cada uma com suas respectivas ações, conforme mostra a Figura 4:

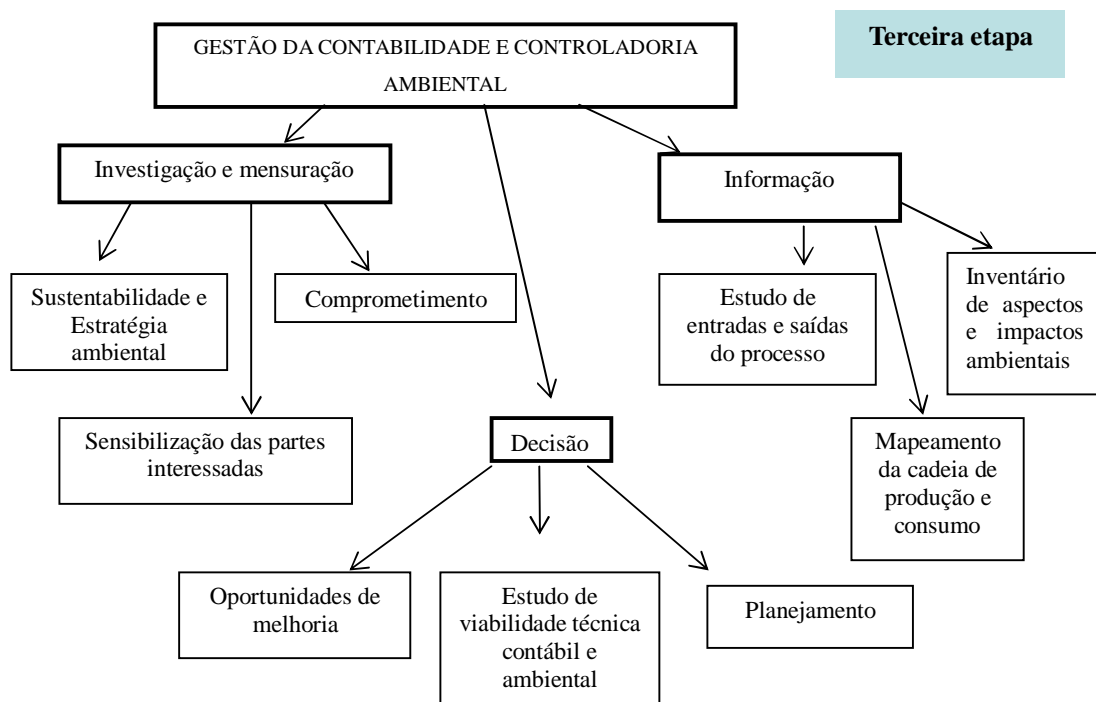


Figura 4: Fases da terceira etapa do SICOGEA

Fonte: Pfitscher, 2004, p.119

Cada fase tem diferentes ações, na primeira, a *Investigação e mensuração*, parte-se da *Sustentabilidade e estratégia ambiental* a qual consta em determinar o nível de desempenho ambiental e contábil da empresa. Continua-se com o *Comprometimento* que tem o objetivo final de alcançar a *Sensibilização das partes interessadas*.

Na fase de *Informação* inicia-se pelo *Mapeamento da cadeia de produção e consumo*, em segundo lugar vem o *Estudo de entradas e saídas do processo* identificando as matérias primas que ingressam no processo e, finalmente, o *Inventário de aspectos e impactos ambientais*.

Quanto à última fase, que procura mostrar as decisões que visam alcançar a continuidade da empresa, parte-se da análise das *Oportunidades de melhoria* seguido do *Estudo de viabilidade* e, finalmente, o *Planejamento*.

Conforme Pamplona (2008), com a utilização deste instrumento de gestão do meio ambiente, o SICOGEA, proporciona-se à entidade uma ferramenta consistente para avaliação de aspectos dos seus procedimentos e seus impactos sobre o ambiente, e isso com base no seu processo, o que possibilita o destaque de formas para administrar melhor as questões.

No presente trabalho junto à instituição pesquisada, utilizou-se com maior ênfase a primeira fase da terceira etapa do SICOGEA, procedendo-se inicialmente a aplicação de uma Lista de Verificação que corresponde à primeira ação dessa fase: "Sustentabilidade e Estratégia Ambiental".

2.4 TRATAMENTO DOS RESÍDUOS NAS UNIDADES HOSPITALARES

Segundo Felizardo (2005 *apud* RESPONSABILIDADE socioambiental..., 2009), os canais de distribuição de matéria-prima e manufaturados têm se tornado sofisticados neste mundo industrializado, entretanto, deu-se pouca importância à geração de resíduos, tornando-se uma das questões de maior preocupação ambiental.

Para a realização desse trabalho foi necessário saber quais os processos de tratamento de resíduos que são aplicados no Uruguai. Portanto, identificou-se que os métodos recomendados pelo Ministério de Saúde Pública (MSP) para tais fins são: a Incineração e Autoclavagem, conforme Quadro 4.

MÉTODOS DE TRATAMENTO	DESCRIÇÃO DO PROCESSO
Incineração	<p>É a queima controlada de materiais a altas temperaturas e misturado com uma quantidade adequada de ar durante um tempo determinado numa planta de incineração. Este tratamento é utilizado tanto para a diminuição do volume dos resíduos, quanto para converter parte deles em energia elétrica.</p> <p>Fonte: adaptado de CEMPRE (www.cempre.org.uy)</p>
Autoclavagem	<p>Os resíduos são expostos a altas temperaturas a mediante a injeção de vapor saturado a pressão para destruir toda forma de vida.</p> <p>Fonte: adaptado de Aborgama (www.aborgama.com)</p>

Quadro 4: Descrição dos processos de Incineração e Autoclavagem
 Fonte: CEMPRE (www.cempre.org.uy); Aborgama (www.aborgama.com)

No Uruguai em 1999 foi aprovado o Decreto N° 135/999 que autorizava a utilização do método de Incineração para o tratamento dos resíduos sólidos das instituições hospitalares. Porém, permitia também a aplicação de outros métodos sob a solicitação previa ao *Ministerio de Vivienda, Ordenamiento Territorial y Medio Ambiente* (MVOTMA). (WWW.MVOTMA.GUB.UY).

Ao final do ano 2009, aprovou-se o Decreto N° 586/009 que permite tanto a utilização do método de Incineração, quanto a Autoclavagem, além do outros possíveis métodos, que necessitam de prévia aprovação. Porém, tal decreto estabelece que as instituições que a ele se enquadram tenham o período de um ano para regularizar sua situação quanto ao tratamento de resíduos. (WWW.MSP.GUB.UY).

Cada instituição hospitalar pode escolher o método a utilizar, e isso vai depender de certos fatores dentre os quais podemos destacar custos, eficácia, produção de efluentes, além de vários outros. Portanto, expõe-se a continuação as vantagens e desvantagens dos métodos mencionados conforme mostra o Quadro 5:

TRATAMENTOS	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Incineração	Eficaz no tratamento de todos os resíduos; Redução de peso para 10%; Redução do volume para 3%; Recuperação e/ou produção de energia; e Ausência de odores.	Elevado custo de investimento e exploração; Significativa necessidade de tratamento dos efluentes gasosos; e Opinião negativa da população.
Autoclavagem	Custo de operação baixo; Redução de volume (até 20%); e Processo considerado limpo, não necessitando de avaliação de impacto ambiental.	Utilização restrita a resíduos de risco biológico; e Produção de efluentes líquidos e gasosos, embora pouco significativa.

Quadro 5: Processos de tratamento de resíduos ó vantagens e desvantagens dos métodos
Fonte: Net Resíduos (www.netresiduos.com) *apud* FEMINELLA, 2009)

Quanto a Incineração, embora a destruição dos resíduos seja considerada total, a incineração dos resíduos perigosos como os hospitalares requerem de uma especial atenção em referência às emissões de gases na atmosfera. Ao passo que, a autoclavagem é considerada um processo limpo, cujo nível de poluição é insignificante.

Na redução do volume, a incineração é mais efetiva e converte parte dos resíduos queimados em energia, o que é um ponto positivo. Mesmo assim, em comparação com a autoclavagem tem custos elevados.

Com certeza, no caso do Uruguai, as instituições escolheram aquele método que mais lhes convinha tendo em consideração os pontos positivos e negativos apresentados anteriormente e sua medida de valores.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção tem o objetivo de apresentar (i) o enquadramento metodológico da pesquisa; (ii) os procedimentos para revisão do referencial teórico e, (iii) os procedimentos para a coleta de dados.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

O Trabalho de Conclusão de Curso é um trabalho científico, podendo ser considerado como teórico, documental ou de campo, e busca contribuir com a formação do estudante através do apoio à construção do conhecimento científico (SEVERINO, 2008). Como primeiro passo para o desenvolvimento científico é preciso estabelecer a origem do problema a ser abordado, para logo analisá-lo e pesquisá-lo. Para tanto, é preciso escolher o instrumental metodológico, conforme Marconi e Lakatos (2003 *apud* FEMINELLA, 2009) que consideram que essa escolha tem relação direta com o problema a ser estudado, dependendo dos diferentes fatores que envolvem a pesquisa, seus objetivos, a natureza dos fenômenos, recursos financeiros e os demais elementos que estejam envolvidos na pesquisa.

Em relação à natureza do objetivo este estudo trata-se de uma pesquisa exploratória. Conforme Gil (2002, p.41), a pesquisa exploratória objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. O anterior resulta adequado neste caso já que se propõe a estudar uma empresa em termos de gestão ambiental para, no final, indicar e oferecer possíveis medidas que complementem e contribuam na gestão da mesma.

Na abordagem do problema a ser estudado utilizou-se o estudo de caso, que é uma das maneiras existentes da tipologia com referência aos procedimentos da

pesquisa científica. Segundo Severino (2008) o estudo de caso é aquela pesquisa focada no estudo de uma determinada situação, chamada *caso* que se considere representativo para uma população maior.

A coleta dos dados que fundamentam as análises aqui apresentadas é de fonte primária, ou seja, são coletados diretamente em campo utilizando-se como instrumento de pesquisa uma lista de verificação com 128 questões, dividida em critérios e sub-critérios. Porém, também foram utilizados dados secundários, pois se fez uso de informes de desempenho obtidos pelo site da empresa, o que acrescentou ao resultado da pesquisa possibilitando um melhor conhecimento sobre o tema.

A abordagem do problema faz a pesquisa ser qualitativa. Segundo Richardson (1999, *apud* PFITSCHER, NUNES e FURTADO, 2008), a metodologia qualitativa aplicada nos estudos possibilita a descrição da complexidade de um determinado problema, assim como a análise das interações entre as variáveis que o compõem.

3.2 PROCEDIMENTOS PARA REVISÃO DO REFERENCIAL TEÓRICO

O conteúdo da revisão teórica resulta da pesquisa bibliográfica realizada nos artigos publicados no período 2004 a 2008 nos anais dos principais Congressos de Contabilidade do Brasil, a saber: Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e, Congresso Brasileiro de Custos.

Para a seleção dos artigos procurou-se a ocorrência das palavras *ambiental* e *ambientais*, tanto no título, como no resumo e nas palavras-chave dos artigos. Tendo em consideração que o presente trabalho tem como foco a análise da

responsabilidade socioambiental, dos 36 (trinta e seis) artigos encontrados numa primeira seleção, só 23 (vinte e três) foram selecionados, conforme o Quadro 6:

ORDEM	EVENTO	QUANTIDADE DE ARTIGOS						TOTAL
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	
1	Congresso ANPCONT	-	-	-	1	0	0	1
2	USP	1	0	0	0	0	0	1
3	EnANPAD	1	2	0	2	0	2	7
4	Congresso de Custos	0	4	1	2	4	3	14
TOTAL		2	6	1	5	4	3	23

Quadro 6: Artigos sobre Responsabilidade socioambiental, publicados no período analisado
Fonte: Elaborado pela autora

O Congresso ANPCONT iniciou-se em 2007, razão pela qual se analisaram os anais a partir desse ano até 2009. Em relação aos demais Congressos, cuja primeira edição foi em 2001, a informação disponível no site do Congresso USP, só existe a partir do evento de 2004, razão pela qual se resolveu investigar o material de todos os Congressos em função dos anais disponíveis para consulta.

Cabe ressaltar que dos 23 (vinte e três) artigos selecionados 60% pertence ao Congresso Brasileiro de Custos, sendo o segundo mais destacado o EnANPAD. A partir dos artigos finalmente escolhidos se fez uma análise dos autores que mais publicaram na área, para a partir destas informações ter outras possibilidades bibliográficas para ampliar os conhecimentos sobre os aspectos a serem abordados. Porém, a maioria dos autores só tinha uma publicação e 15% deles tinha duas. Por este motivo, considerou-se produtivo a análise também das referências bibliográficas desses artigos para se obter a relação dos autores mais citados. A partir da revisão destas referências chegou aos seguintes dados, conforme o Quadro 7.

AUTOR	Nº DE CITAÇÕES
TINOCO, João E. P.	14
RIBEIRO, Maisa Souza	14
KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira	13
PFITSCHER, Elisete Dahmer	12
TACHIZAWA, Takeshy	7
MAIMON, Dália	7
PORTER, Michael E.	6
FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa.	6
IUDÍCIBUS, Sérgio de	5

Quadro 7: Autores mais citados nos artigos analisados
Fonte: Dados da pesquisa

Das 107 (cento e sete) obras que verificaram serem as mais citadas nos artigos analisados pertencem a 54 (cinquenta e quatro) autores e destes, os que foram mais citados foram Tinoco, Ribeiro, Kraemer e Pfitscher, autores também mencionados no presente trabalho.

Em função das informações coletadas sobre as obras e os autores mais citados procedeu-se o desenvolvimento dos conceitos teóricos que serão de utilidade para a compreensão do estudo realizado. Esses conceitos são: Responsabilidade social; tratamento dos resíduos nas unidades hospitalares do Uruguai; a Gestão Ambiental, descrevendo GAIA - Gerenciamento de Aspectos e Impactos Ambientais e SICOGEA - Sistema Contábil Gerencial Ambiental.

3.3 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados optou-se por realizar uma pesquisa de campo que, segundo Lima (2009, p.70) ãpressupõe a apreensão dos dados/variáveis

investigados, exatamente onde, quando e como ocorrem. Como a pesquisa será feita sobre um hospital do Uruguai e atualmente a pesquisadora não se encontra naquele país, para a captura desses dados escolheu-se utilizar um Questionário. O objetivo do questionário é conhecer a opinião dos sujeitos pesquisados sobre o assunto a ser estudado. Para isso é preciso que as perguntas sejam claras e precisas de forma a facilitar a compreensão de quem as for responder. (SEVERINO, 2008).

Nesse trabalho, aplica-se uma Lista de Verificação com 128 (cento e vinte e oito) questões a qual é posteriormente analisada com o intuito de determinar o nível de sustentabilidade da organização. Vale ressaltar que a primeira lista de verificação surgiu do estudo de caso da Cadeia Produtiva de Arroz Ecológico realizado pela Professora Dra. Pfitscher, porém a lista aplicada nesta pesquisa foi adaptada de Pamplona (2008) ó ver Anexo A. Adaptada, a lista aqui utilizada está separada em critérios que correspondem às diferentes etapas do processo produtivo do hospital, desde que se adquirem os materiais necessários para o desenvolvimento das atividades, passando pelo tratamento dos resíduos produzidos por essas atividades, até a etapa de análise do serviço hospitalar e de seus impactos no meio ambiente. Assim, apresentam-se os mencionados critérios e, os sub-critérios que os compõem:

1. Fornecedores;
2. Ecoeficiência do Processo Hospitalar:
 - a. Incineração de resíduos;
 - b. Autoclavagem;
3. Tratamento com pacientes;
4. Indicadores Gerenciais;
5. Recursos Humanos na Organização;
6. Indicadores Contábeis;
 - a. Indicadores ambientais de bens, direitos e obrigações;
 - b. Indicadores ambientais de contas de resultado;
 - c. Indicadores de demonstração ambiental específica;
7. Auditoria Ambiental

Essa lista foi enviada por e-mail no mês de abril a uma colaboradora do hospital encarregada da área de Manutenção quem a respondeu com prontidão. No questionário constavam apenas perguntas fechadas, escolha simples entre "Sim", "Não" ou "Não se adapta". Dado a limitação geográfica entre a pesquisadora e a instituição este tipo de recurso para coleta de dados mostra-se útil não só pela facilidade de entendimento e preenchimento por parte do respondente, como também pela facilidade na totalização dos dados por parte da pesquisadora.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente estudo de caso foi feito baseado na situação atual de um hospital da capital da ROU. Expõe-se, neste capítulo, a pesquisa realizada. A mesma foi iniciada por meio de *e-mails* e conversas telefônicas. Tanto as respostas ao questionário, quanto as demais informações disponibilizadas foram obtidas de uma engenheira encarregada da área de Manutenção do hospital.

Estruturou-se este estudo de caso de tal forma que, em primeiro se demonstra a evolução histórica da instituição e, logo depois, aplica-se parcialmente o SICOGEA. Com a análise dos dados obtidos sobre a instituição finalmente se apresenta uma proposta resumida de plano com possíveis mudanças para a gestão.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O hospital pesquisado foi inaugurado no dia 18 de julho de 1908, porém as suas instalações ficaram habilitadas no dia 1º de agosto daquele ano. Logo no início verificou-se o interesse no desenvolvimento da instituição como um centro de ensino. Tanto é que em 1921 foi estabelecida, por decreto, a organização de cursos teórico-práticos para enfermeiros na instituição.

O objetivo principal do hospital nos anos da sua criação consistiu em conceder apoio de albergue e assistência médica aos militares e polícias. Atualmente busca dar assistência a integrantes das Forças Armadas e seus familiares.



Figura 5: Fachada do Hospital pela Avenida Centenario
Fonte: foto tirada pelo pessoal do hospital

No decorrer dos anos, a instituição passou por várias ampliações em sua estrutura física e em 1975 foi declarado Monumento Histórico Nacional. Na Figura 6 vê-se a moderna construção da *Torre 60*, que é um novo espaço para quartos destinado a pacientes.



Figura 6: Torre 6 ó nova edificação
Fonte: foto tirada pelo pessoal do hospital

O hospital conta com vários Centros de Atendimento Periférico, ou seja, espaços descentralizados da sede principal, o que permite aos usuários realizarem consultas médicas sem a necessidade de se deslocarem até o edifício central, que se localiza nas ruas *8 de Outubro* e *Avda. Centenario*.

4.2 APLICAÇÃO PARCIAL DO SICOGEA

Neste item aplica-se parcialmente o SICOGEA, iniciando pela primeira etapa do sistema: a Integração da cadeia de serviços. Logo, a segunda etapa: Gestão do controle ecológico, e finalmente, a terceira etapa Gestão dos Hospitais com envolvimento da contabilidade e controladoria ambiental.

4.2.1 INTEGRAÇÃO DA CADEIA DE SERVIÇOS

Pretende-se neste trabalho investigar a situação atual do hospital pesquisado com relação à proteção ambiental, mediante a implementação do SICOGEA. A Integração da cadeia de serviços trata-se da adaptação ao caso do hospital, da fase inicial do SICOGEA. Num primeiro momento realiza-se a Formação dos Grupos de Trabalho, mostrados na Figura 2, que auxiliaram no desenvolvimento do processo. Juntamente a isso, se aponta as atitudes e responsabilidades esperadas de cada um dos envolvidos, conforme mostra o Quadro 8.

ENVOLVIDOS	ATITUDES
Centro de ensino ó Universidades	Incrementar e incentivar pesquisas
Gestores do Hospital	Repensar formas de gestão
Empregados e técnicos	Conscientizar
Pacientes	Modificar o comportamento e tomar consciência
População	Defender a qualidade de vida procurando que se considerem melhores práticas ambientais
Entidades de classe: DNSFFAA ó <i>Dirección Nacional de Sanidad de las Fuerzas Armadas.</i>	Analisar as situações ambientais no hospital

Quadro 8: Atitudes e participação dos envolvidos na proteção ambiental.

Fonte. Adaptado de Pfitscher (2004, p. 108)

Ressalta-se que o Quadro 8 faz parte da Etapa 1 do SICOGEA - Fase 2: Discussão sobre a realidade do serviço hospitalar e avaliação dos efeitos ambientais. Consideram-se os grupos de trabalho mencionados acima e entende-se que cada um dos envolvidos forma parte do sistema e contribui para a correta consecução dos seus objetivos. As partes interessadas no processo, mencionadas no Quadro 8, serão, para referência em futuras pesquisas, as que colaboraram nas mudanças a serem realizadas na instituição, no caso que alguma deva ser feita.

4.2.2 GESTÃO DO CONTROLE ECOLÓGICO

Nesta etapa inicia-se pelo Pólo de atendimento, mostrado na Figura 3 e adaptada para este estudo conforme a Figura 7:

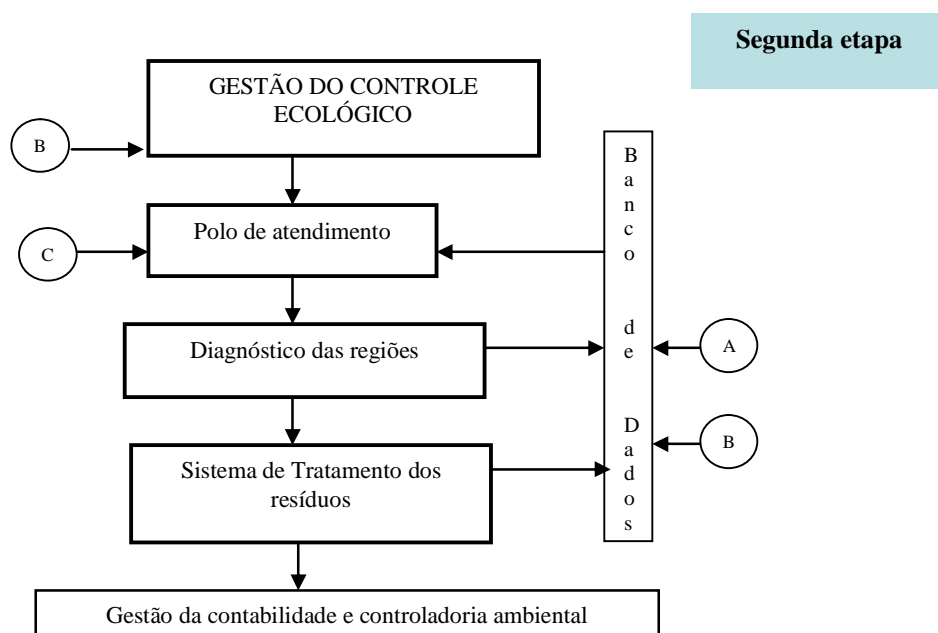


Figura 7: Adaptação da segunda etapa do SICOGEA

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.106)

O Polo de Atendimento é o pessoal integrante das Forças Armadas, assim como os seus familiares diretos, tanto do pessoal superior como subalterno. Segundo a informação obtida, essa população não tem conhecimento das ações ambientais que o hospital realiza ou poderia realizar.

Por outra parte, tem-se o Diagnóstico das regiões, nesta fase pretende-se conhecer esses pólos que abrangem os usuários do hospital. Com isso, pode-se ter o envolvimento destes em futuras pesquisas de usuários separados em grupos, segundo suas características. Verificou-se também que se trata de uma região de classe social média e baixa.

Finalmente ao verificar o Sistema de tratamento de resíduos, evidenciou-se neste hospital o sistema de autoclavagem, apresentado no item 4.4

4.2.3 GESTÃO DOS HOSPITAIS COM ENVOLVIMENTO DA CONTABILIDADE E CONTROLADORIA AMBIENTAL

Seguindo a linha de pesquisa de Pfitscher (2004) e Pamplona (2008), o presente estudo está estruturado de forma tal de aplicar parcialmente o SICOGEA, com particular ênfase na primeira fase: Investigação e mensuração, da Terceira etapa: Gestão da Contabilidade e da Controladoria Ambiental. A mencionada fase se encontra subdividida em três ações, a saber, Sustentabilidade e estratégia ambiental, Comprometimento e Sensibilização das partes interessadas, como foi demonstrado na Figura 4. A partir dessa aplicação obtêm-se os dados necessários para a análise posterior que desencadeiam finalmente numa proposta para a instituição de um plano resumido de gestão ambiental.

4.2.3.1 Investigação e mensuração

Esta primeira fase compreende a determinação do nível de desempenho ambiental e contábil da empresa, assim como, o grau de envolvimento das partes interessadas nos resultados do processo. Na Figura 8 se esboça a estrutura desta primeira fase:

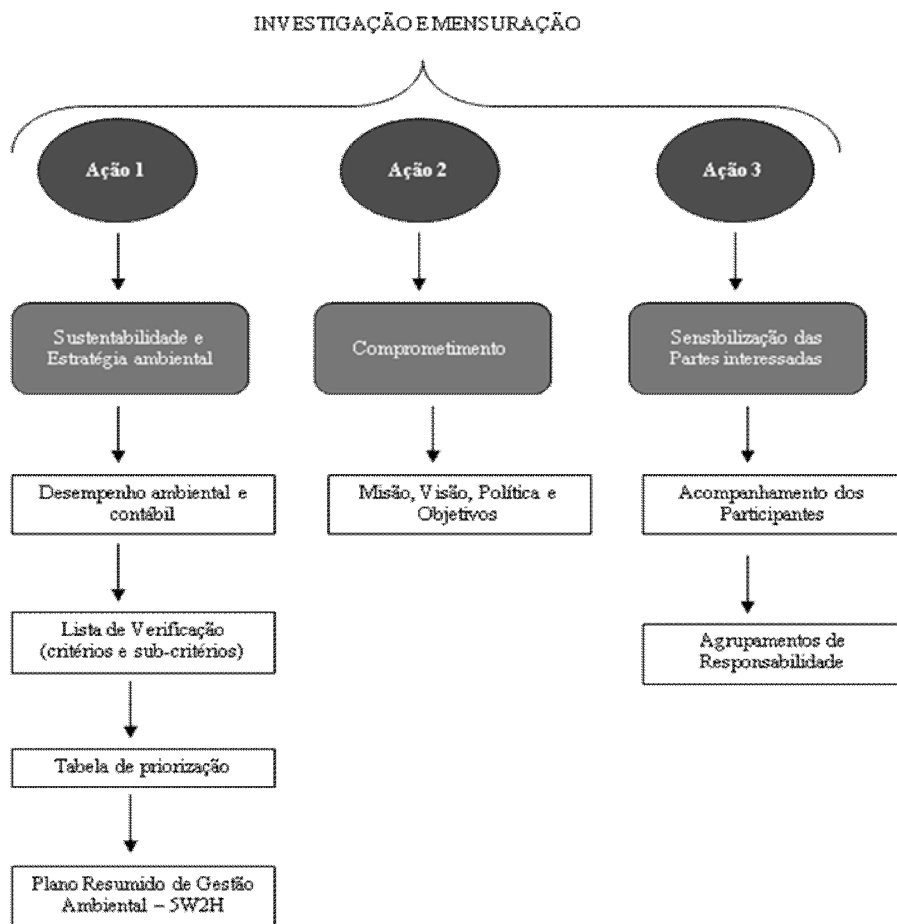


Figura 8: Estrutura da fase Investigação e Mensuração ó Terceira etapa
Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, p.120)

Conforme mostra a Figura 8, inicia-se pela análise da "Sustentabilidade e Estratégia Ambiental" do hospital, que é tratado no item 4.2.3.1.1. Após tal ação,

buscas-se obter o Comprometimento dos gestores da empresa e, por fim, a Sensibilização das Partes interessadas. A seguir, se descreve a ação mencionada.

4.2.3.1.1 AÇÃO 1 ó Sustentabilidade e Estratégia ambiental

Com o intuito de ter conhecimento do nível atual do Desempenho Ambiental e Contábil da instituição e, a partir daí, sugerir ações para sua Sustentabilidade e Estratégia Ambiental aplica-se a Lista de Verificação (Apêndice A) que foi adaptada do Anexo A.

4.2.3.1.1.1 Desempenho Ambiental e Contábil

A análise do Desempenho Ambiental e Contábil é realizada segundo Pfitscher (2004) baseada nos ativos e passivos ambientais, tendo em consideração que os ativos consistem em:

Estoques - os insumos adicionais ao processo produtivo de armazenamento, bem como o transporte para eliminar, reduzir e controlar os níveis de emissão de resíduos ou ainda, os materiais para recuperação ou reparos de ambientes afetados. Imobilizado - investimentos realizados na aquisição de instalações e equipamentos que auxiliem no processo de controle e produtos ecológicos. (PFITSCHER, 2004, p.120)

Por outra parte, a mesma autora afirma que os passivos ambientais são as aquisições, as despesas e os gastos:

Aquisição ó insumos que serão inseridos no processo operacional que não produza resíduo tóxico. Despesas ó manutenção e operação de gerenciamento ambiental, inclusive mão de obra. Gastos ó recuperação e tratamento de áreas contaminadas e multas por infrações ambientais. (PFITSCHER, 2004, p.120)

A empresa pesquisada não possui Balanço Social que permite a verificação dos investimentos na área ambiental. Portanto, considera-se que seria interessante para uma futura pesquisa deste hospital, que se possa realizar uma análise do

desempenho ambiental e contábil com mais profundidade e detalhamento, o que permitiria a elaboração de um Balanço Social para a instituição.

4.2.3.1.1.2 Lista de Verificação (Critérios e Sub-critérios)

A Lista de Verificação consta de uma serie de questões dispostas em grupos por área temática. Cada resposta pode ser qualificada como "Adequada", o que implica uma boa prática, "Deficitária", ou seja, que denota problemas e/ou necessidades de melhoria, e "Não se adapta" à empresa.

Com base nas respostas antes mencionadas, realiza-se a análise da sustentabilidade de cada critério e, finalmente, a sustentabilidade total, por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Sustentabilidade} = \frac{\text{Nº de respostas Adequadas} \times 100}{\text{Nº de questões} + \text{Nº de respostas Não se adapta}}$$

A continuação o Quadro 9 mostra quais são os critérios e sub-critérios, e a quantidade de questões em cada um.

CRITÉRIO	SUB-CRITÉRIO	Nº DE QUESTÕES: Sub-critério/Critério
I. Fornecedores	-	5
II. Ecoeficiência do Processo Hospitalar	A. Incineração de Resíduos	10/22
	B. Autoclave de Resíduos	12/22
III. Tratamento com Pacientes	-	5
IV. Indicadores Gerenciais	-	7
V. Recursos Humanos na Organização	-	11
VI. Indicadores Contábeis	A. Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações	20/42
	B. Indicadores Ambientais de Contas de Resultados	12/42

CRITÉRIO	SUB-CRITÉRIO	Nº DE QUESTÕES: Sub-critério/Critério
	C. Indicadores de Demonstração Ambiental Específica	10/42
VII. Auditoria Contábil	-	36

Quadro 9: Estrutura da Lista de Verificação aplicada
Fonte: adaptado de Pfitscher (2004)

O Quadro 9 apresenta como estão divididas as 128 (cento e vinte e oito) questões contidas na Lista de Verificação. Por conseguinte, o critério I "Fornecedores" está constituído por 5 (cinco) questões; em segundo lugar, o critério "Eco-eficiência do Processo hospitalar" que é dividido em dois sub-critérios, tem 22 (vinte e duas) questões. Por outra parte, o critério III "Tratamento com Pacientes" consta de 5 (cinco) questões, e de 7 (sete) o critério IV "Indicadores Gerenciais". No caso do critério V "Recursos Humanos na Organização" este tem 11 (onze) questões, e "Indicadores Contábeis" que é o critério VI, contém 42 (quarenta e duas) questões subdivididas em 20 (vinte) para o primeiro sub-critério "Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações", 12 (doze) no segundo "Indicadores Ambientais de Contas de Resultados" e finalmente 11 (onze) no sub-critério "Indicadores de Demonstração Ambiental Específica". Por último, são 36 (trinta e seis) as questões que integram o critério VII "Auditoria Contábil".

4.2.3.1.1.2.1 Análise da Lista de Verificação

Mediante a análise da Lista de Verificação procura-se obter informação sobre o grau de sustentabilidade da instituição, o qual se viabiliza através da avaliação dos pontos considerados "Adequados" e de aqueles considerados "Deficitários", e com ajuda da fórmula anteriormente apresentada. Sendo assim, segue na Tabela 1 um resumo dos critérios e sub-critérios abordados na Lista de Verificação com o correspondente grau de sustentabilidade já calculado:

Tabela 1: Sustentabilidade parcial por critério e sub-critério

CRITÉRIO	SUB-CRITÉRIO	SUSTENTABILIDADE
I. Fornecedores	-	$200/3 = 66,67\%$
II. Ecoeficiência do Processo Hospitalar	A. Incineração de Resíduos	-
	B. Autoclave de Resíduos	$900/11 = 81,82\%$
III. Tratamento com Pacientes	-	$400/5 = 80\%$
IV. Indicadores Gerenciais	-	$300/7 = 42,85\%$
V. Recursos Humanos na Organização	-	$600/10 = 60\%$
VI. Indicadores Contábeis	A. Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações	0%
	B. Indicadores Ambientais de Contas de Resultados	$200/4 = 50\%$
	C. Indicadores de Demonstração Ambiental Específica	$200/10 = 20\%$
VII. Auditoria Ambiental	-	$900/31 = 29,03\%$

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, *apud* PAMPLONA, 2008)

Após o cálculo anterior realiza-se a avaliação do grau de desempenho de cada critério e sub-critério, com base nas referências do Quadro 10:

RESULTADO	SUSTENTABILIDADE	DESEMPENHO: controle, incentivo, estratégia competitiva.
Inferior a 50%	Deficitária ó D	Fraco, pode estar causando danos ao meio ambiente.
Entre 51% e 70%	Regular ó R	Médio, atende somente a legislação.
Acima de 71%	Adequada ó A	Alto, valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Quadro 10: Avaliação da Sustentabilidade e Desempenho Ambiental.

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, *apud* PAMPLONA, 2008)

Em função dos dados apresentados na Tabela 1, e aplicando as escalas de desempenho do Quadro 10, obtêm-se o grau de sustentabilidade para cada um dos

critérios que compõem a Lista de Verificação. A continuação apresenta-se os resultados obtidos nesse aspecto.

Tabela 2: Classificação da sustentabilidade dos critérios

CRITÉRIO	SUB-CRITÉRIO	SUSTENTABILIDADE		CLASIFICAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
I. Fornecedores		66,67%		Regular
II. Ecoeficiência do Processo Hospitalar	A. Incineração de Resíduos	-	81,82%	Adequada
	B. Autoclave de Resíduos	81,82%		
III. Tratamento com Pacientes		80%		Adequada
IV. Indicadores Gerenciais		42,86%		Deficitária
V. Recursos Humanos na Organização		60%		Regular
VI. Indicadores Contábeis	A. Indicadores Ambientais de Bens, Direitos e Obrigações	0%	11,76%	Deficitária
	B. Indicadores Ambientais de Contas de Resultados	50%		
	C. Indicadores de Demonstração Ambiental Específica	20%		
VII. Auditoria Ambiental		29,03%		Deficitária

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, *apud* PAMPLONA, 2008)

Verificou-se que os Indicadores Contábeis apresentaram o menor nível de sustentabilidade, o que significa que é preciso dedicar atenção, em primeiro lugar, a esse aspecto. Assim, ressalta-se que em linhas gerais o grau de desempenho resultou como Deficitário, pois só dois dos sete critérios foram considerados Adequados, e os três dos restantes foram Deficitários. A continuação apresenta-se os resultados das análises parciais de cada critério.

4.2.3.1.1.2.1.1 CRITÉRIO I ó FORNECEDORES

Os fornecedores alcançaram uma sustentabilidade Regular na ordem de 66,67%, acontecendo isso porque em geral a instituição desconhece a preocupação dos fornecedores a respeito do meio ambiente o que também não lhe permite saber das possíveis alternativas de aquisição de materiais ecologicamente corretos.

CRITÉRIO I ó FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. O processo hospitalar segue a legislação ambiental?	A			
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?		A		
3. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?			NA	Não tem conhecimento
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?	D			
5. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?			NA	

Quadro 11: Critério I ó Fornecedores

Fonte: Dados pesquisados

Consideraram-se duas questões como Não se adapta em função da instituição não ter conhecimento sobre a consciência ambiental dos fornecedores e se estes já têm produtos alternativos que sejam ecologicamente corretos. Assim, obtiveram-se duas questões consideradas Adequadas e duas Não se adapta, portanto, a fórmula resulta: $(2 \times 100)/(5 \div 2) = 66,67\%$

4.2.3.1.1.2.1.2 CRITÉRIO II ó ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR

Com esse critério buscou-se determinar o grau de desempenho do hospital com relação aos processos de tratamento dos resíduos gerados pelo mesmo. Das

respostas obtidas constatou-se que a instituição não utiliza a incineração atualmente, embora, segundo a informação da engenheira tenham feito um teste com um equipamento italiano, do qual ainda esperam os resultados da DINAMA (*Dirección Nacional de Medio Ambiente*). Tendo em vista que a Incineração como método de tratamento dos resíduos não é aplicada, considerou-se que as questões da lista de verificação relativas a este método não foram contempladas para determinar a sustentabilidade do critério, e conforme mostra o Quadro 12 todas foram consideradas como “Não se adapta”

CRITÉRIO 2 – COEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR				
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
6. É utilizada para o tratamento de todos os resíduos a incineração?			NA	Não se utiliza este processo
7. É utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade, a incineração?			NA	
8. É verificado se existe a destruição completa e segura neste processo?			NA	
9. Este método possui alto custo?			NA	
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?			NA	
11. As escórias e cinzas, resultantes do processo, devem ser dispostas em aterro sanitário próprio?			NA	
12. Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?			NA	
13. Os gases oriundos da queima precisam ser tratados e monitorados?			NA	
14. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?			NA	
15. É realizada também a incineração a céu aberto?			NA	

Quadro 12: Critério II – Sub-critério A: Incineração de resíduos

Fonte: Dados pesquisados

Em consequência, obteve-se que a sustentabilidade do critério em geral foi de **81,82% = (9 x 100)/(22 – 11)** , portanto “Adequado”, identificando-se então a

maior eficiência, em comparação aos demais critérios. O Quadro 13 mostra as questões do sub-critério B de Autoclavagem:

B) AUTOCLAVAGEM	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
16. A instituição utiliza também esta forma de tratamento?	A			
17. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 586/09?	A			
18. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 135/99?			NA	
19. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?	A			
20. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?	A			
21. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja a necessidade de abri-los?	A			
22. Os líquidos que resultarem da lavagem dos containeres e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?	A			O tratamento é realizado por uma empresa terceirizada
23. Os efluentes são tratados?	A			
24. É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?	A			A carga é transportada em caixas de plásticas hermeticamente fechadas
25. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?		D		
26. A instituição tem realizado visitas <i>on loco</i> sobre o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?		D		
27. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?	A			A empresa Aborgama é encarregada dos resíduos contaminantes há quinze anos.

Quadro 13: Critério II 6 Sub-critério A: Autoclavagem

Fonte: Dados pesquisados

O hospital utiliza a autoclavagem de resíduos, mas o processo é terceirizado, feito por uma empresa uruguaia que oferece diferentes serviços relacionados com o meio ambiente além do tratamento de resíduos hospitalares. Porém, não há um seguimento por parte do hospital das atividades dessa empresa o que poderia ser feito para ter um controle de que efetivamente estão sendo realizados os processos

de acordo à legislação vigente. Os dados sobre o processo de autoclavagem utilizados para as respostas das questões dez e nove a vinte e três foram obtidos do site da empresa de tratamento segundo as indicações da engenheira.

A partir de informações obtidas do site da instituição hospitalar referentes ao primeiro semestre de 2009, obteve-se uma relação da quantidade de resíduos biológicos contaminados que são coletados por mês, conforme mostra a Figura 9.

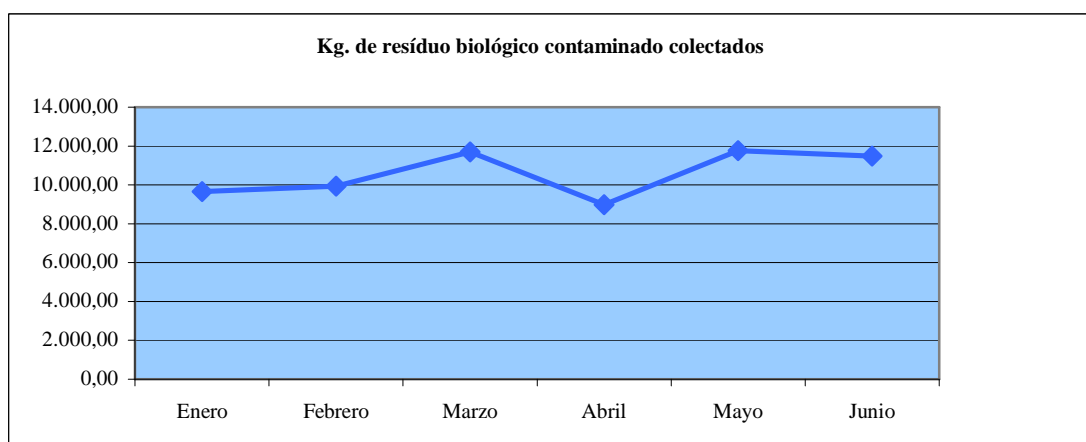


Figura 9: Kgs. de resíduo contaminado coletado
Fonte: site da empresa

Verificou-se que os quilogramas de resíduos biológicos contaminados que são coletados por mês aproximam-se aos 10.500 kg. Esses resíduos são levados para tratamento na planta de autoclavagem. O processo consiste em que a unidade geradora de resíduos (o hospital) em primeiro lugar, classifica-os nos recipientes adequados, correspondendo sacolas vermelhas para os resíduos contaminados, e sacolas pretas para os resíduos comuns. Os resíduos contaminados colocam-se em caixas plásticas hermeticamente fechadas para que logo a empresa contratada transporte-as até a planta. Uma vez ali se realiza a carga da máquina de autoclavagem colocando os resíduos em carrinhos de aço inoxidável e dá-se começo ao processo mediante a geração de vapor que alcança temperaturas de mais de 150°C.



Figura 10: Planta de tratamento de resíduos hospitalares
Fonte: Empresa Aborgama (www.aborgama.com)

O objetivo desse processo é eliminar a capacidade infecciosa dos resíduos antes de serem encaminhados para a deposição final, assim como, reduzir o volume (aproximadamente em 50%) e impedir a reutilização de alguns deles. Ao finalizar o processo extraem-se os carrinhos da autoclave e estes são transportados por caminhões até o aterro sanitário para a sua deposição final.



Figura 11: Autoclave
Fonte: Empresa Aborgama (www.aborgama.com)

Segundo informações obtidas do site da empresa encarregada deste processo, a deposição destes resíduos nos aterros sanitários tem um impacto insignificante no

meio ambiente já que o grau de poluição desses resíduos depois do tratamento passa a ser menor que o de resíduos sólidos comuns. Os efluentes que resultam do processo são tratados pela mesma empresa permitindo assim a reutilização da água no processo diminuindo o consumo de recursos naturais. (WWW.ABORGAMA.COM).

4.2.3.1.1.2.1.3 CRITÉRIO III ó TRATAMENTO COM PACIENTES

No Quadro 14 constam as questões relativas ao Critério III cujo desempenho, ãAdequadoö, foi de 80%. Obteve-se esse valor na medida em que se obtiveram quatro questões ãAö e nenhuma ãNAö, então a fórmula resulta ser: $(4 \times 100)/(5 \text{ ó } 0) = 80\%$.

CRITÉRIO 3 ó TRATAMENTO COM PACIENTES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
28.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?	A			
29.Existe estrutura física adequada para o tratamento de pacientes?	A			
30.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?		D		
31.Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?	A			
32.Existe separação por setores aos pacientes com doenças contagiosas?	A			

Quadro 14: Critério IV ó Tratamento com pacientes

Fonte: Dados pesquisados

A única questão que se considerou deficitária é que a instituição não difunde a valoração ambiental entre os pacientes, o que seria importante pela atividade que a empresa realiza e pela quantidade de pessoas que circulam diariamente dentro do hospital. Ao ser difundido esse interesse pelo meio ambiente a reputação e a imagem do hospital melhorariam além de contribuir na conscientização da sociedade quanto aos aspectos ambientais. Observou-se nas informações obtidas pelo o site da instituição que, apesar de se ter a intenção de conhecer as opiniões dos pacientes,

não se realizam entrevistas ou, pelo menos, não se realizam com a assiduidade necessária para que possa destacar em algum processo de planejamento, mesmo sendo estas informações do interesse dos gestores da instituição.

4.2.3.1.1.2.1.4 CRITÉRIO IV ó INDICADORES GERENCIAIS

A sustentabilidade dos “Indicadores Gerenciais” ficou em um nível considerado “Deficitário”. Obteve-se a porcentagem mediante a aplicação da fórmula de sustentabilidade com os seguintes dados: $(3 \times 100)/(7 \text{ ó } 0) = 42,86\%$.

CRITÉRIO 4 ó INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
33. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?		A		
34. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?		D		
35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?		A		
36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?	D			Informação sigilosa não revelada
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?		D		
38. A eficiência da utilização de insumos e matérias primas é relativamente observada?		D		
39. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizada por processo hospitalar é crescente?	A			Pelo aumento de camas no hospital

Quadro 15: Critério V ó Indicadores Gerenciais

Fonte: Dados pesquisados

Pelas informações obtidas do contato no hospital, verificou-se que não há controle destes aspectos por parte dos organismos estatais o que redundava, às vezes em desinteresse por parte das empresas. Porém, como em nível nacional se

desenvolve uma campanha de consumo eficiente de energia, a instituição demonstra interesse em colaborar utilizando de lâmpadas de baixo consumo. Na análise realizada das respostas considerou-se que a última questão, que se refere ao aumento na utilização de energia e matéria-prima, é adequada já que o mencionado aumento deve-se ao incremento do número de leitos que o hospital possui, com maior capacidade de atendimento a usuários.

4.2.3.1.1.2.1.5 CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO

Pelas respostas obtidas, ficou evidenciado que em termos de Recursos Humanos a situação do hospital é Regular em função de que o grau de sustentabilidade neste aspecto atingiu **60% = (6x100)/(1161)**. No Quadro 16 apresenta-se a análise das respostas obtidas:

CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases da combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?	A			
41. Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes em visitas periódicas?		D		
42. Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?		D		
43. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	A			
44. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	A			
45. A mão de obra empregada é altamente especializada?		D		
46. Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?	A			
47. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	A			
48. Existe uma política de valorização do capital intelectual?	A			O hospital participa das pesquisas realizadas pelo MSP

CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
49. A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?		D		
50. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?			NA	

Quadro 16: Critério V ó Recursos Humanos na Organização

Fonte: Dados pesquisados

A empresa não possui Balanço Social o que dificulta a verificação das efetivas ações na área de Recursos Humanos. Das respostas identifica-se que existem consciência e intenção de comprometimento com as questões ambientais, porém, notou-se que nos dados obtidos pelo site, que não há muita capacitação aos colaboradores, o que é um ponto negativo para a instituição, já que em sua missão esta se propõe a ser um centro de ensino em diversas áreas de sua atuação. No ano 2008 somente teve-se capacitação de 35% da área de Recursos Humanos na instituição. (WWW.DNSFFAA.GUB.UY).

4.2.3.1.1.2.1.6 CRITÉRIO VI ó INDICADORES CONTÁBEIS

Este critério e seus respectivos sub-critérios mostraram o menor nível de sustentabilidade quando comparados aos demais critérios, sendo considerado numa situação ôDeficitáriaö. Os dados que atendem a fórmula de sustentabilidade são 4 (quatro) questões consideradas ôAdequadasö, 30 (trinta) ôDeficitáriasö e 8 (oito) ôNão se adaptaö, portanto obteve-se: $(4 \times 100) / (4268) = 11,76\%$. A continuação pode verificar-se para cada sub-critério a análise realizada.

4.2.3.1.1.2.1.6.1 Sub-critério A: Indicadores Ambientais de Bens e Direitos e Obrigações

O Quadro 17 apresenta as respostas às questões do primeiro sub-critério dentro dos Indicadores Contábeis.

CRITÉRIO 6 - INDICADORES CONTÁBEIS				
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
51. Sabe se a instituição utiliza Balanço Social?		D		
52. Sabe se a instituição apresenta resultados ambientais em notas explicativas?		D		
53. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Social?		D		
54. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Ambiental?		D		
55. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Indicadores Ambientais?		D		
56. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?		D		
57. Sabe se a instituição possui títulos a receber?		D		
58. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber?		D		
59. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a LP?		D		
60. Sabe se a instituição possui títulos a receber a LP?		D		
61. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber a LP?		D		
62. A instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?		D		
63. A instituição possui demais elementos do ativo permanente?		D		
64. A instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?		D		
65. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?		D		
66. A instituição possui multas e indenizações ambientais?		D		

CRITÉRIO 6 ó INDICADORES CONTÁBEIS				
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
67. A instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?		D		
68. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?		D		
69. A instituição possui multas e indenizações ambientais a LP?		D		
70. A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?		D		

Quadro 17: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério A: Indicadores Ambientais de Bens, Deveres e Obrigações
Fonte: Dados pesquisados

A sustentabilidade e o sub-critério A óIndicadores Ambientais de Bens e Direitos e Obrigaçõesó resultou ser 0% e todas as questões consideraram-se óDeficitáriasó. A explicação ao anterior está em que a empresa não possui Balanço Social já que no Uruguai não é obrigatória a sua emissão, do mesmo modo não foi possível ter acesso ao Balanço Patrimonial da empresa. Segundo a colaboradora do hospital pouco se faz além do legalmente necessário em matéria ambiental, em geral mais por questões econômicas de falta de recursos, do que por falta de interesse.

3.4.1.1.2.1.6.1 Sub-critério B: Indicadores Ambientais de Contas de Resultados

Utilizando a fórmula da sustentabilidade este sub-critério adquiriu uma porcentagem de 50% já que das 12 (doze) questões 2 (duas) são óAdequadasó e 8 (oito) óNão se adaptaó, portanto $(2 \times 100)/(12 \div 8) = 50\%$. Observam-se as questões deste sub-critério no Quadro 18.

B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
71. A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?			NA	

B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
72. A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento de órgãos governamentais e não governamentais)?			NA	
73. Os custos de produção são superiores as receitas?			NA	
74. Os custos de produção atingem 50% das receitas?			NA	
75. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?			NA	
76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?			NA	
77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?			NA	
78. O lucro bruto tem aumentado no último período?			NA	
79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?		D		
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?		D		
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?		A		
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?		A		

Quadro 18: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério B: Indicadores Ambientais de Contas de Resultados
Fonte: Dados pesquisados

Em termos dos indicadores ambientais de contas de resultados por ser uma instituição pública tem por objetivo prestar serviço aos seus usuários, sem fins lucrativos. Observa-se como positivo que a empresa não possui multas e indenizações por acidentes ambientais. Na questão nº 80 (oitenta) considera-se esses pagamentos como gastos de prevenção a possíveis problemas ambientais, por

consequente são gastos positivos. Em consequência, na análise entende-se como **Deficitário** se a instituição não realiza esse tipo de desembolsos.

4.2.3.1.1.2.1.6.2 Sub-critério C: Indicadores de demonstração Ambiental Específica

Finalmente, o último sub-critério dentro dos **Indicadores Contábeis** depois de ser analisado, conforme mostra o Quadro 19, resultou ter 2 (duas) das 10 (dez) questões **Adequadas** e as restantes **Deficitárias**, portanto deduz-se que a fórmula é a seguinte: $(2 \times 100)/(10 \div 0)$ o que se traduz em uma sustentabilidade de **20%**.

C) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
83. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?		D		
84. Existe aquisição de imobilizados?		D		
85. A instituição paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?		D		
86. A instituição possui custos relativos à adaptação à legislação?	A			
87. A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?		D		
88. A instituição possui redução de refugos?		D		
89. A instituição possui economia de energia elétrica?	A			
90. A instituição possui economia em transportes?		D		
91. A instituição possui economia de matérias primas?		D		
92. A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?	D			

Quadro 19: Critério 6 ó Indicadores contábeis; Sub-critério C: Indicadores de Demonstração Ambiental Específica
Fonte: Dados pesquisados

O sub-critério C: "Indicadores de Demonstração Ambiental Específica" apresenta um grau de sustentabilidade "Deficitário". Isso se deve a que a instituição carece de aquisições de imobilizados para preservação ambiental, não realiza muitos investimentos com intenções de reduzir os impactos ambientais e, ainda, não são consumidos produtos "ecologicamente corretos" nem limitado o consumo de matéria prima. Então, apesar de seguir a legislação em termos ambientais e de ter uma produção relativamente baixa de resíduos perigosos (Ver Figura 9) a instituição ainda precisa melhorar estes aspectos.

4.2.3.1.1.2.1.7 CRITÉRIO VII - AUDITORIA AMBIENTAL

Este critério assim como a maioria dos outros, mostrou um nível de sustentabilidade baixo, de $29,03\% = (9 \times 100)/(36-5)$. O Quadro 20 apresenta as questões deste critério:

CRITÉRIO 7 - AUDITORIA AMBIENTAL	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
93. Há manual (is) de instrução sobre os programas e procedimentos do tratamento de resíduos hospitalares?		D		
94. Existem propostas de melhorias das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?		D		
95. Existe uma política para a qualidade ambiental definida para a instituição?		D		
96. Existe um plano de qualidade ambiental?		D		
97. Se existe, a política da qualidade ambiental é redefinida anualmente quando da elaboração do "plano diretor de qualidade ambiental"?		D		
98. Possuem instrumentos de monitoramento para o desenvolvimento/implantação/operacionalização dessa política de qualidade ambiental?		D		
99. Há um sistema informatizado sobre a gestão da qualidade ambiental na instituição?		D		
100. Há controle de objetivos e metas atingidas pela instituição definidas pelo programa de		D		

CRITÉRIO 7 6 AUDITORIA AMBIENTAL	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
qualidade ambiental?				
101. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?	A			Existem caixas de sugestões
102. Há produtos destinados à desmontagem, reciclagem ou reutilização?		D		
103. Há produtos que contêm instruções de uso e descarte ecologicamente seguros?		D		
104. Há controle do grau de conformidade das atividades da instituição com os regulamentos ambientais?		D		
105. A instituição sofreu multas ou punições pela má gestão ambiental nos últimos 5 anos?		A		
106. Há controle dessas punições?			NA	
107. Há reformulação do plano de auditoria a partir do controle dessas punições?			NA	
108. São feitas auditorias ambientais?		D		
109. Foi feita pelo menos de 01 auditoria por ano?		D		
110. Foram necessárias ações emergenciais como medida preditiva?			NA	
111. Existem medidas preventivas para a qualidade ambiental da instituição?		D		
112. A comunidade é envolvida no processo de qualidade ambiental da instituição?		D		
113. As considerações da comunidade são catalogadas e analisadas para compor o programa de qualidade ambiental?		D		
114. Há comunicação para a imprensa sobre a responsabilidade socioambiental da instituição?			NA	
115. Há processo de comunicação sobre a atuação da instituição em algum site, na questão ambiental?		D		
116. São aplicadas õndições e termos da qualidadeõ, quando da efetivação dos processos de compra de insumos e equipamentos?			NA	Não tem conhecimento
117. O tratamento de resíduos hospitalares é feito na própria instituição ou por terceiros?		A		Empresa Aborgama
118. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?		D		
119. Há acompanhamento dos serviços prestados?		D		
120. É feito manutenção e inspeção dos equipamentos da instituição de maneira a garantir a qualidade ambiental?	A			
121. É definida claramente a cadeia de tomada de decisões e de responsabilidade com a		D		

CRITÉRIO 7 ó AUDITORIA AMBIENTAL	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
qualidade ambiental?				
122. A responsabilidade por questões ambientais é de um único setor?	A			Departamento de Higiene Ambiental
123. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?	A			
124. Todos os setores da instituição estão envolvidos no programa de qualidade ambiental?	A			
125. Há políticas de seleção e avaliação definidas com os fornecedores?		D		
126. Há controle de projetos e pesquisas da qualidade ambiental na instituição?		D		
127. Existem procedimentos de acompanhamento das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	A			
128. Existem procedimentos de avaliação das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	A			

Quadro 20: Critério 7 ó Auditoria Ambiental

Fonte: Dados pesquisados

Observaram-se muitas deficiências nestes aspectos, a empresa necessita de manuais de tratamento dos resíduos, assim como também de políticas ambientais e, não são realizadas auditorias ambientais, consequentemente o desempenho foi considerado “Deficitário”. A gestão do hospital tem interesse em melhorar esta situação, segundo a funcionária responsável com a qual se teve contato, embora a principal limitação que visualizem seja a falta de recursos econômicos.

4.2.3.1.1.2 Tabela de Prioridades

Dando continuidade à análise e finalizando a Ação 1 da primeira fase da terceira etapa do SICOGEA, procede-se a classificar em um *ranking* de prioridades

os resultados da Tabela 1. Consideram-se com maior prioridade aqueles critérios que apresentaram um resultado menor conforme a Tabela 3.

Tabela 3: Prioridade na sustentabilidade dos critérios

PRIORIDADE	CRITÉRIO	SUSTENTABILIDADE	CLASIFICAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
1	Indicadores Contábeis	11,76%	Deficitaria
2	Auditoria Ambiental	29,03%	Deficitaria
3	Indicadores Gerenciais	42,86%	Deficitaria
4	Recursos Humanos na Organização	60%	Regular
5	Fornecedores	66,67%	Regular
6	Tratamento com Pacientes	80%	Adequada
7	Ecoeficiência do Processo Hospitalar	81,82%	Adequada

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004, *apud* PAMPLONA, 2008).

De acordo com a classificação da sustentabilidade dos diferentes critérios e especialmente em função do grau obtido, determinou-se que é necessário prestar atenção primeiramente aos Indicadores Contábeis, já que estes possuem um nível de sustentabilidade mais crítico. Como foi mencionado anteriormente, não há obrigatoriedade por parte da legislação vigente no Uruguai de que as empresas apresentem juntamente com suas demonstrações contábeis um Balanço Social, o que explica a deficiência que a instituição tem nesses Indicadores ambientais.

O Plano Resumido de Gestão Ambiental apresentado no item 4.3, leva em consideração os resultados da Tabela 3, para propor aos três primeiros critérios, possíveis medidas a implementar para reverter essa situação de sustentabilidade Deficitária. Além disso, propõe-se uma alternativa de ação para o critério com prioridade quatro, Recursos Humanos na Organização, considerado regular, já que se prevê que a instituição pode ter facilidades em agir sobre esta questão.

4.2.3.1.1.2.1 Sustentabilidade Total

Após de realizada a análise da sustentabilidade por critérios apresenta-se a análise do desempenho da sustentabilidade global alcançada pela instituição.

De um total de 128 (cento e vinte e oito) questões, foram consideradas 37 (trinta e sete) das mesmas, enquanto aquelas com 64 (sessenta e quatro) questões, e finalmente, se chegou a 27 (vinte e sete) questões. Em função disso, conclui-se que a instituição atingiu um nível de sustentabilidade de 36,63% o que se considera Deficitário. Como se observou nas análises dos distintos critérios, o desempenho em geral é baixo, e os aspectos que são considerados Adequados não conseguiram compensar as carências evidenciadas.

4.2.3.1.2 AÇÃO 2 é Comprometimento

Esta ação compreende o conhecimento, por parte dos indivíduos interessados no processo, da situação atual da empresa obtida com base na análise de sustentabilidade previamente realizada. A partir desse ponto, poderão ser revistas e repensadas as deficiências da instituição de forma tal a que se trabalhe para melhorar aqueles aspectos considerados Deficitários.

4.2.3.1.2.1 Missão, Visão, Política e Objetivos

Uma possibilidade de comprometimento por parte das empresas é deixar estabelecido na sua missão e objetivos, a intenção de atuar com responsabilidade social e ambiental. A missão de uma empresa é o que ela faz, portanto, para a instituição pesquisada, esta consiste em proporcionar assistência integral ao pessoal

que com ela tem vínculos, encontrando formas de manter suas atitudes psicofísicas. Além disso, considera-se que se deva buscar ser um centro de ensino e investigação científica em todos os aspectos relacionados às suas áreas de responsabilidade e atuação, conforme legalmente previsto. Embora, não se mencione a responsabilidade socioambiental considera-se que deveria ser acrescentada à missão da instituição alguma referência nesse sentido.

O hospital possui uma série de objetivos a cumprir e desenvolver, os quais se traduzem em as ações que enquanto empresa realiza. Estes compreendem desde apoiar o potencial humano das Forças Armadas no sentido de manter em boas condições de saúde através de medidas preventivas, tratamentos médicos, cirúrgicos, odontológicos e outros; determinar as normas e procedimentos para a utilização dos recursos sanitários das Forças Armadas em todo momento; promover o ensino e a investigação com objetivo de melhorar a eficiência institucional; cooperar nas investigações realizadas pelo Ministério de Saúde Pública em termos de problemas que afetem a saúde da comunidade; obter, armazenar, conservar e abastecer de equipamentos, medicamentos e meios sanitários necessários para as Forças Armadas; em função das necessidades e níveis estabelecidos para o cumprimento das Missões existentes, atingir uma administração eficiente, baseada em informação oportuna e confiável para a tomada de decisões; construir uma reserva de apoio sanitário para enfrentar as situações de desastre ou emergências nacionais.

Diante do acima mencionado, especificar um aspecto que aponte para a consciência socioambiental na empresa seria um ponto de partida para demonstrar a adesão a tal postura mesmo junto à missão e aos objetivos principais é um caminho sugerido no sentido do incremento da qualidade socioambiental em geral..

4.2.3.1.3 AÇÃO 3 ó Sensibilidade das partes interessadas

Depois de compartilhadas as informações obtidas é necessário encontrar a forma de sensibilizar aos interessados no processo para, dessa maneira, atingir o objetivo do mesmo que é melhorar aquelas áreas da instituição que apresentaram deficiências nos aspectos ambientais.

4.2.3.1.3.1 Acompanhamento dos participantes

Este item trata a ideia de que para conseguir melhorias na instituição é preciso que existam coordenação e envolvimento dos diversos *stakeholders*. Logo obter-se-iam oportunidades que, segundo Dossing (2002, *apud* PFITSCHER, 2004) permitiriam, com custos reduzidos e inclusive possíveis ganhos nos negócios, melhorar o desempenho social e a sustentabilidade da empresa.

4.2.3.1.3.2 Agrupamento de responsabilidades

Destacam-se os agrupamentos como aqueles elos essenciais que unem as práticas com os resultados, com o objetivo de melhorar o desempenho e de criar vantagens competitivas para a empresa. (PFITSCHER 2004). Esses agrupamentos podem estar relacionados com a educação e capacitação; com parcerias com empresas vinculadas ou que tenham algum tipo de interesse afim com a instituição; ou por facilidades obtidas pela implementação de políticas de atendimento ao público que revertam em benefício para ambas as partes. No caso da instituição pesquisada, por ser esta um hospital, o agrupamento que tem mais vinculação é este último, de benefícios revertidos. Porém, como foi mencionado anteriormente, o hospital tem como objetivo também, ser um centro de ensino e investigação, o que

tem relação ao primeiro tipo de agrupamento acima referido, onde várias possibilidades podem se abrir.

4.3 PLANO RESUMIDO DE GESTÃO

O plano resumido de gestão ambiental (Quadro 21) leva em consideração as metas e objetivos que resultaram prioritários para a empresa, assim como as justificativas, as atividades, e a forma como deve ser realizado o trabalho. Para a elaboração desse plano utilizou-se a ferramenta 5W2H cuja denominação resulta das palavras em inglês: *what, why, where, when, who, how, how much* (o que, por que, onde, quando, quem, como, quanto custa).

Em função da classificação por prioridades estabelecida na Tabela 3 realizou-se o seguinte plano de gestão, dividido pelos critérios da Lista de Verificação, tendo como ponto principal o atendimento ao critério "Indicadores Contábeis" que alcançou um desempenho Deficitário com um 11,76%.

WHAT?	WHY?	WHEN?	WHERE?	WHO?	HOW?	HOW MUCH?
Que?	Por que?	Quando?	Onde?	Quem?	Como?	Quanto custa?
Melhoria das informações ambientais (<i>Indicadores Contábeis</i>)	Para que os gestores tenham informação necessária e relevante sobre o desempenho nessa área	Segundo semestre de 2010	Para toda a instituição	Pessoal envolvido nas informações contábeis em conjunto com outros setores	Cursos e finalmente elaboração do Balanço Social	Não orçado

WHAT?	WHY?	WHEN?	WHERE?	WHO?	HOW?	HOW MUCH?
Que?	Por que?	Quando?	Onde?	Quem?	Como?	Quanto custa?
Palestras (<i>Auditoria Ambiental</i>)	Para apresentar as vantagens dos processos de auditoria ambiental e para incentivar a auditoria dos tratamentos de resíduos	Segundo semestre de 2010	Toda a instituição	Docentes e pessoal responsável pela área	Cursos	Não orçado
Renovação dos controles internos (<i>Indicadores Gerenciais</i>)	Para melhorar o controle global sobre os diversos processos	Segundo semestre de 2010	Toda a instituição	Profissionais e pessoal responsável pela área	Acompanhamento de todo o processo hospitalar	Não orçado
Cursos de capacitação (<i>Recursos Humanos na Organização</i>)	Para mostrar as possibilidades de implementação da gestão vinculada a responsabilidade social e a contabilidade	Segundo semestre de 2010	Toda a instituição	Profissionais e pessoal responsável pela área	Cursos curtos sobre o tema	Não orçado

Quadro 21: Plano Resumido de Gestão Ambiental com aporte da Contabilidade e Controladoria Ambiental

Fonte: adaptado de Pfitscher (2004)

O objetivo deste plano resumido consiste em apresentar diversas ações que a instituição pesquisada poderia desenvolver com o intuito de aumentar o seu desempenho em termos ambientais o que lhe permitiria melhorar também a sua situação econômico-financeira e a imagem que dela tem a comunidade. Observa-se que a base para essas mudanças se expressa na transmissão das teorias e conhecimentos, que possibilitarão o entendimento das melhorias que a consciência e gestão ambiental trarão em modificações.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Neste capítulo apresentam-se as conclusões obtidas a partir das informações coletadas do trabalho realizado, são apresentadas as Considerações Finais, assim como as Sugestões para Trabalhos Futuros.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo principal analisar a prática de responsabilidade socioambiental no hospital da ROU, por meio da ferramenta SICOGEA. Nesse sentido, se propôs analisar a situação atual da instituição baseada principalmente em uma Lista de Verificação formada por 128 (cento e vinte e oito) questões que foram respondidas pelo pessoal da empresa.

Foi possível detectar que os gestores do hospital consideram que existe consciência ambiental, mas que, entretanto, se dá pouca ênfase ao meio ambiente, e, segundo a informação coletada, isso tendo como motivo principal a falta de recursos financeiros da instituição. Não obstante, a partir deste estudo pode ser considerada outra razão para tal deficiência: a falta de conhecimento por parte dos gestores da real situação da instituição, seus processos e de alternativas existentes para melhorar.

O trabalho possibilitou a verificação de que o hospital carece de informação acerca de todo o processo de tratamento de resíduos, não havendo sequer um acompanhamento dos fornecedores quanto a sua preocupação em termos ambientais, nem mesmo da empresa encarregada do tratamento dos resíduos, no sentido de garantir que os impactos ambientais sejam efetivamente reduzidos ao máximo.

A questão problema mostrada no início dessa pesquisa “Como é realizada a prática de responsabilidade socioambiental em um hospital?”, permitiu constatar que

é necessário valer-se de diversas ferramentas que facilitem a gestão, viabilizando que se tenha uma ampla visão da importância que a responsabilidade socioambiental está adquirindo nas empresas e na sociedade. Mas para isso, é preciso que haja ampla divulgação das informações ambientais da e na empresa, sendo uma possibilidade a utilização e emissão de um Balanço Social e Ambiental. Pois quando não existem tais instrumentos, não fica claramente evidente nem para o pessoal da empresa e ainda menos para a sociedade em geral, se algo é feito e o que é feito pela empresa, sejam os gastos, os investimentos relacionados ao meio ambiente e mesmo os resultados.

Adicionalmente, foram abordados os diferentes objetivos específicos estabelecidos para este trabalho. Em primeiro lugar, buscou-se verificar a atuação do hospital quanto à legislação relativa ao tratamento dos resíduos. Em esse aspecto, observou-se que a mesma cumpre com a normativa vigente (Decreto Nº 586/009) nos aspectos que lhe competem já que o efetivo tratamento dos resíduos é realizado por uma empresa terceirizada.

Considerou-se como um segundo objetivo específico, analisar a situação do hospital em termos ambientais com base na aplicação parcial do SICOGA. Em função disso, verificou-se que a instituição limita-se a realizar as ações legalmente necessárias, o que não é totalmente errado, porém considera-se que muito mais pode ser feito nesse aspecto. A empresa carece de Balanço Social, não se preocupa com a aquisição de materiais e matérias-primas ecologicamente corretas; também não se realiza cursos de capacitação aos colaboradores no assunto ambiental, o que gera um desconhecimento total das ações ambientais proativas que poderiam ser realizadas.

Demonstrou-se também a necessidade de calcular a sustentabilidade ambiental do hospital. Para tal, analisaram-se as questões da Lista de Verificação do SICOGA e calculou-se a sustentabilidade parcial de cada critério para finalmente obter a sustentabilidade total da instituição. Nesse processo, obteve-se para o critério Fornecedores uma sustentabilidade de 66,67%; para a Eficiência do Processo Hospitalar 81,82% no sub-critério B o Autoclavagem que é o método de

tratamento de resíduos com o qual a empresa trabalha. No caso de "Tratamento com Pacientes" alcançou uma sustentabilidade de 80%, porém os "Indicadores Gerenciais" mostraram uma situação bem menos vantajosa com um 42,85%; sendo que o item "Recursos Humanos na Organização" atingiu uma porcentagem de 60%, e finalmente os mais baixos níveis foram alcançados pelos "Indicadores Contábeis" com 11,76% e pelo critério "Auditoria Ambiental" com 29,03%. Conclusivamente, somente dois dos critérios puderam ser considerados "Adequados" o que foi verificado no grau de sustentabilidade global do hospital que resultou ser 36,63%, ou claramente Deficitária.

Finalmente, quanto ao último objetivo específico que consistiu em propor um Plano Resumido de Gestão Ambiental com aporte da contabilidade e controladoria ambiental, mediante as informações expostas na Tabela 3 de prioridades de atendimento, constatou-se que o critério que precisa de ações mais imediatas é "Indicadores Contábeis" para o qual se sugere a realização de cursos assim como a realização de um Balanço Social.

5.2 SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Para futuros trabalhos, sugere-se:

- Aprofundar estudos sobre a situação do hospital pesquisado com visitas "in loco", dando assim um seguimento a sua evolução em termos socioambientais;
- Comparação da situação do hospital com outros hospitais tanto do Uruguai como do Brasil verificando assim a sustentabilidade de cada um deles e os aspectos nos quais se destacam;
- Elaboração de um Balanço Social adaptado à instituição de tal forma de venha a contribuir com o seu desenvolvimento na área;
- Aplicar completamente o SICOGA no hospital, e não só algumas fases, com o intuito de promover mudanças que facilitem a gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

A RESPONSABILIDADE Sócio-Ambiental Analisada em uma Rede de Supermercados com Auxílio do SICOGEA. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XV., 2008, Curitiba ó PR. Anais...

ABORGAMA

Disponível em:

<<http://www.aborgama.com/index.php?pag=hospital&hg=3200><http://www.balancosocial.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

ALBERTON, Luis; CARVALHO, Fernando Nitz de; CRISPIM, Graciele Hernandez. **Evidenciação da responsabilidade social/ambiental na perspectiva de um novo contexto empresarial.** In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, IV., 2004, São Paulo, Anais... São Paulo: Atlas, 2004. p. 1-15.

ANÁLISE de sustentabilidade ambiental em uma indústria de bebidas: Um enfoque no processo produtivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XVI., 2009, Fortaleza ó Ceará. Anais...

BARBOSA, Edmery T. *et al.* **Responsabilidade social das usinas do setor sucroalcooleiro: uma análise do nível de investimento em aspectos sociais internos, externos e ambientais.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XII., 2007, João Pessoa ó PB. Anais...

CEMPRE

Disponível em: <<http://www.cempre.org.uy/pages/gestion.php>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

CONTABILIDADE ambiental como instrumento de gestão ambiental e diferencial competitivo nas empresas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XVI., 2009, Fortaleza ó Ceará. Anais...

DERES ó Responsabilidad social empresaria. Disponível em:

<http://www.deres.org.uy/home/rse_que_es.php>. Acesso em: 15 abr. 2010.

Dirección Nacional de Sanidad de las Fuerzas Armadas. Disponível em:

<<http://www.dnsffaa.gub.uy>>

FEMINELLA, Rafaella. **Gestão ambiental:** Um Estudo de caso em um Hospital da Itália. 2009. 90 f. (Monografia do curso de Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GESTÃO ambiental e ações associadas aos custos ambientais em indústrias madeireiras de Caçador/SC. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XIII., 2006, Belo Horizonte ó Minas Gerais. Anais...

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Sidalina Santos; HELIODORO, Paula A. **A contabilidade ambiental como um novo paradigma.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XII., 2005, Florianópolis ó Santa Catarina. Anais...

MAY, Peter H.; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. **Economia do meio ambiente:** Teoria e Prática. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram.** In: CONGRESSO ENCONTRO DA ANPAD, XXXI., 2007. Rio de Janeiro. Anais...

PAMPLONA, Vinicius. **A contabilidade ambiental na gestão de empresas:** Estudo de caso em um Hospital. 2008. 107 f. (Monografia do curso de Ciências Contábeis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PFITSCHER, Elisete Dahmer. **Gestão e sustentabilidade através da contabilidade e contabilidade ambiental:** Estudo de caso na cadeia produtiva de arroz ecológico. 2004. 252 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) ó Curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PFITSCHER, Elisete Dahmer; NUNES, João Paulo de Oliveira; FURTADO, Ana Paula Peixoto. **Um aporte da contabilidade a gestão ambiental:** Estudo de Caso em uma Empresa do Ramo de Cerâmica. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, II., Florianópolis. UFSC, 2008. v. 1. p.1-16.

RESPONSABILIDADE socioambiental no setor financeiro: análise da gestão de resíduos sólidos de uma instituição bancária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, XVI., 2009, Fortaleza ó Ceará. Anais...

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza; BONFANTE, T.M.; PEREIRA GOMES, C.M.; CIOFFI, J.L. **Responsabilidade socioambiental no setor de papel e celulose**. In: CONGRESSO ENCONTRO DA ANPAD, XXXIII., 2009, São Paulo, Anais...

RIGHETTI, C. C.; ROGRIGUES, I.; FACÓ, J. F. B.; SAKURAMOTO, C. Y; BARBIERI, J. C. **Estratégias de gestão ambiental nas empresas**: um Estudo de Caso sobre o Papel Reciclado. In: CONGRESSO ENCONTRO DA ANPAD, XXIX., 2005, Brasília, Anais...

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, B.A da. **Contabilidade e meio ambiente**: Considerações Teóricas e Proposta de Aplicação ao Controle dos Gastos Ambientais. In: CONGRESSO ENCONTRO DA ANPAD, XXVIII., 2004, Curitiba. Anais...

SIQUEIRA, Juliana; OTT, Ernani; VIERA; Eusélia P. **O posicionamento social e ambiental nas organizações**: um estudo em indústrias do setor metal-mecânico da região noroeste do Estado de Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, VI., 2006, São Paulo, Anais... São Paulo: Atlas, 2006. p. 1-12.

SOUSA, M.A.B. da *et al* **Gerenciamento de aspectos e impactos ambientais em uma empresa fabricante de tubos, tubetes e cônicais**. Revista Produção Online, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 6, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://producaoonline.org.br/index.php/rpo/article/viewFile/92/101>>. Acesso em 10 mai. 2010.

Sustainability, corporate social responsibility through an audit committee lens. Disponível em: <<http://www.kpmg.com/Global/en/IssuesAndInsights/ArticlesPublications/Pages/Through-an-audit-committee-lens.aspx>>. Acesso em 15 abr. 2010.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

URUGUAI. **Decreto nº 586/009**, de 21 de dezembro de 2009. Norma regulamentaria de la gestión de los residuos sanitarios. Disponível em: <http://www.msp.gub.uy/uc_3834_1.html>. Acesso em: 16 mar. 2010.

URUGUAI. **Decreto nº 135/999**, de 18 de maio de 1999. Norma regulamentaria de la gestión de los residuos hospitalares. Disponível em:

<http://www.mvotma.gub.uy/dinama/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=57&limit=5&limitstart=15&order=date&dir=DESC&Itemid=376>. Acesso em: 16 mar. 2010.

URUGUAI. **Ley nº 17.283**, de 12 de dezembro de 2000. Refiere a la protección del medio ambiente. Disponível em:

<<http://www.parlamento.gub.uy/leyes/AccesoTextoLey.asp?Ley=17283&Anchor=>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

URUGUAI. Constituição (1967, modificada). *Constitución de la República*.

Disponível em: <<http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm>> Acesso em: 25 mar. 2010.

APÊNDICE A 6 LISTA DE VERIFICAÇÃO APLICADA À EMPRESA

CRITÉRIO 1 6 FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. O processo hospitalar segue a legislação ambiental?				
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?				
3. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?				
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?				
5. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?				
CRITÉRIO 2 6 ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR				
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
6. É utilizada para o tratamento de todos os resíduos a incineração?				
7. É utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade, a incineração?				
8. É verificado se existe a destruição completa e segura neste processo?				
9. Este método possui alto custo?				
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?				
11. As escórias e cinzas, resultantes do processo, devem são dispostas em aterro sanitário próprio?				
12. Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?				

13. Os gases oriundos da queima precisam são tratados e monitorados?				
14. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?				
15. É realizada também a incineração a céu aberto?				
B) AUTOCLAVAGEM	SIM	NÃO	NA	
16. A instituição utiliza também esta forma de tratamento?				
17. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 586/09?				
18. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 135/99?				
19. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?				
20. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?				
21. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja a necessidade de abri-los?				
22. Os líquidos que resultarem da lavagem dos containeres e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?				
23. Os efluentes são tratados?				
24. É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?				
25. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?				
26. A instituição tem realizado visitas <i>ôin loco</i> sobre o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?				
27. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?				
CRITÉRIO 3 ó TRATAMENTO COM PACIENTES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES

28.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?				
29.Existe estrutura física adequada para o tratamento de pacientes?				
30.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?				
31.Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?				
32.Existe separação por setores aos pacientes com doenças contagiosas?				
CRITÉRIO 4 ó INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
33. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?				
34. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?				
35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?				
36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?				
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?				
38. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é relativamente observada?				
39. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizadas por processo hospitalar é crescente?				
CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases da combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?				
41. Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes em visitas periódicas?				

42. Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?				
43. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?				
44. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?				
45. A mão de obra empregada é altamente especializada?				
46. Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?				
47. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?				
48. Existe uma política de valorização do capital intelectual?				
49. A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?				
50. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?				
CRITÉRIO 6 ó INDICADORES CONTÁBEIS				
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
51. Sabe se a instituição utiliza Balanço Social?				
52. Sabe se a instituição apresenta resultados ambientais em notas explicativas?				
53. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Social?				
54. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Ambiental?				
55. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Indicadores Ambientais?				
56. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?				
57. Sabe se a instituição possui títulos a receber?				
58. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber?				

59. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a LP?				
60. Sabe se a instituição possui títulos a receber a LP?				
61. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber a LP?				
62. A instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?				
63. A instituição possui demais elementos do ativo permanente?				
64. A instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?				
65. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?				
66. A instituição possui multas e indenizações ambientais?				
67. A instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?				
68. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?				
69. A instituição possui multas e indenizações ambientais a LP?				
70. A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?				
B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
71. A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?				
72. A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento de órgãos governamentais e não governamentais)?				
73. Os custos de produção são superiores as receitas?				
74. Os custos de produção atingem 50% das receitas?				

75. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?				
76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?				
77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?				
78. O lucro bruto tem aumentado no último período?				
79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?				
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?				
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?				
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?				
C) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
83. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?				
84. Existe aquisição de imobilizados?				
85. A instituição paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?				
86. A instituição possui custos relativos à adaptação à legislação?				
87. A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?				
88. A instituição possui redução de refugos?				
89. A instituição possui economia de energia elétrica?				
90. A instituição possui economia em				

transportes?				
91. A instituição possui economia de matérias primas?				
92. A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?				
CRITÉRIO 7 6 AUDITORIA AMBIENTAL	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
93. Há manual (is) de instrução sobre os programas e procedimentos do tratamento de resíduos hospitalares?				
94. Existem propostas de melhorias das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				
95. Existe uma política para a qualidade ambiental definida para a instituição?				
96. Existe um plano de qualidade ambiental?				
97. Se existe, a política da qualidade ambiental é redefinida anualmente quando da elaboração do plano diretor de qualidade ambiental?				
98. Possuem instrumentos de monitoramento para o desenvolvimento/implantação/operacionalização dessa política de qualidade ambiental?				
99. Há um sistema informatizado sobre a gestão da qualidade ambiental na instituição?				
100. Há controle de objetivos e metas atingidas pela instituição definidas pelo programa de qualidade ambiental?				
101. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?				
102. Há produtos destinados à desmontagem, reciclagem ou reutilização?				
103. Há produtos que contém instruções de uso e descarte ecologicamente seguros?				
104. Há controle do grau de conformidade das atividades da instituição com os regulamentos ambientais?				
105. A instituição sofreu multas ou punições				

pela má gestão ambiental nos últimos 5 anos?				
106. Há controle dessas punições?				
107. Há reformulação do plano de auditoria a partir do controle dessas punições?				
108. São feitas auditorias ambientais?				
109. Foi feita pelo menos de 01 auditoria por ano?				
110. Foram necessárias ações emergenciais como medida preditiva?				
111. Existem medidas preventivas para a qualidade ambiental da instituição?				
112. A comunidade é envolvida no processo de qualidade ambiental da instituição?				
113. As considerações da comunidade são catalogadas e analisadas para compor o programa de qualidade ambiental?				
114. Há comunicação para a imprensa sobre a responsabilidade socioambiental da instituição?				
115. Há processo de comunicação sobre a atuação da instituição em algum site, na questão ambiental?				
116. São aplicadas condições e termos da qualidade, quando da efetivação dos processos de compra de insumos e equipamentos?				
117. O tratamento de resíduos hospitalares é feito na própria instituição ou por terceiros?				
118. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?				
119. Há acompanhamento dos serviços prestados?				
120. É feita manutenção e inspeção dos equipamentos da instituição de maneira a garantir a qualidade ambiental?				
121. É definida claramente a cadeia de tomada de decisões e de responsabilidade com a qualidade ambiental?				

122. A responsabilidade por questões ambientais é de um único setor?				
123. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?				
124. Todos os setores da instituição estão envolvidos no programa de qualidade ambiental?				
125. Há políticas de seleção e avaliação definidas com os fornecedores?				
126. Há controle de projetos e pesquisas da qualidade ambiental na instituição?				
127. Existem procedimentos de acompanhamento das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				
128. Existem procedimentos de avaliação das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				

APÊNDICE B 6 LISTA DE VERIFICAÇÃO COM AS RESPOSTAS

CRITÉRIO 1 6 FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. O processo hospitalar segue a legislação ambiental?	X			
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?		X		
3. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?			X	Não tem conhecimento
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?	X			
5. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?			X	
CRITÉRIO 2 6 ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS				
6. É utilizada para o tratamento de todos os resíduos a incineração?			X	Não se utiliza este processo
7. É utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade, a incineração?			X	
8. É verificado se existe a destruição completa e segura neste processo?			X	
9. Este método possui alto custo?			X	
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?			X	
11. As escórias e cinzas, resultantes do processo, devem são dispostas em aterro sanitário próprio?			X	
12. Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?			X	
13. Os gases oriundos da queima precisam são tratados e monitorados?			X	
14. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?			X	
15. É realizada também a incineração a céu aberto?			X	
B) AUTOCLAVAGEM	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
16. A instituição utiliza também esta forma de tratamento?	X			

17. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 586/09?	X			
18. O lixo deve ser coletado segundo o Decreto 135/99?			X	
19. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?	X			
20. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?	X			
21. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja a necessidade de abri-los?	X			
22. Os líquidos que resultarem da lavagem dos containeres e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?	X			O tratamento é realizado por uma empresa terceirizada
23. Os efluentes são tratados?	X			
24. É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?	X			A carga é transportada em caixas de plásticas hermeticamente fechadas
25. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?		X		
26. A instituição tem realizado visitas <i>ôn loco</i> sobre o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?		X		
27. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?	X			A empresa é Aborgama é encarregada dos resíduos contaminantes faz quinze anos.
CRITÉRIO 3 ó TRATAMENTO COM PACIENTES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
28.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?	X			
29.Existe estrutura física adequada para o tratamento de pacientes?	X			
30.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?		X		
31.Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?	X			
32.Existe separação por setores aos pacientes com doenças contagiosas?	X			
CRITÉRIO 4 ó INDICADORES GERENCIAIS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
33. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?		X		
34. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?		X		

35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?		X		
36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?	X			Informação sigilosa não revelada
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?		X		
38. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é relativamente observada?		X		
39. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizada por processo hospitalar é crescente?	X			Pelo aumento de camas no hospital
CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases da combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?	X			
41. Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes em visitas periódicas?		X		
42. Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?		X		
43. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?	X			
44. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?	X			
45. A mão de obra empregada é altamente especializada?		X		
46. Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?	X			
47. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?	X			
48. Existe uma política de valorização do capital intelectual?	X			O hospital participa das pesquisas realizadas pelo MSP
49. A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?		X		
50. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?			X	
CRITÉRIO 6 ó INDICADORES CONTÁBEIS				
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
51. Sabe se a instituição utiliza Balanço Social?		X		
52. Sabe se a instituição apresenta resultados ambientais em notas explicativas?		X		
53. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Social?		X		
54. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Ambiental?		X		

55. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Indicadores Ambientais?		X		
56. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?		X		
57. Sabe se a instituição possui títulos a receber?		X		
58. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber?		X		
59. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a LP?		X		
60. Sabe se a instituição possui títulos a receber a LP?		X		
61. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber a LP?		X		
62. A instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?		X		
63. A instituição possui demais elementos do ativo permanente?		X		
64. A instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?		X		
65. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?		X		
66. A instituição possui multas e indenizações ambientais?		X		
67. A instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?		X		
68. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?		X		
69. A instituição possui multas e indenizações ambientais a LP?		X		
70. A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?		X		
B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADOS	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
71. A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?			X	
72. A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento de órgãos governamentais e não governamentais)?			X	
73. Os custos de produção são superiores as receitas?			X	
74. Os custos de produção atingem 50% das receitas?			X	
75. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?			X	

76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?			X	
77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?			X	
78. O lucro bruto tem aumentado no último período?			X	
79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?		X		
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?		X		
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?		X		
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?		X		
C) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
83. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?		X		
84. Existe aquisição de imobilizados?		X		
85. A instituição paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?		X		
86. A instituição possui custos relativos à adaptação à legislação?	X			
87. A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?		X		
88. A instituição possui redução de refugos?		X		
89. A instituição possui economia de energia elétrica?	X			
90. A instituição possui economia em transportes?		X		
91. A instituição possui economia de matérias primas?		X		
92. A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?	X			
CRITÉRIO 7 ó AUDITORIA AMBIENTAL	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
93. Há manual (is) de instrução sobre os programas e procedimentos do tratamento de resíduos hospitalares?		X		
94. Existem propostas de melhorias das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?		X		

95. Existe uma política para a qualidade ambiental definida para a instituição?		X		
96. Existe um plano de qualidade ambiental?		X		
97. Se existe, a política da qualidade ambiental é redefinida anualmente quando da elaboração do plano diretor de qualidade ambiental?		X		
98. Possuem instrumentos de monitoramento para o desenvolvimento/implantação/operacionalização dessa política de qualidade ambiental?		X		
99. Há um sistema informatizado sobre a gestão da qualidade ambiental na instituição?		X		
100. Há controle de objetivos e metas atingidas pela instituição definidas pelo programa de qualidade ambiental?		X		
101. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?	X			Existem caixas de sugestões
102. Há produtos destinados à desmontagem, reciclagem ou reutilização?		X		
103. Há produtos que contêm instruções de uso e descarte ecologicamente seguros?		X		
104. Há controle do grau de conformidade das atividades da instituição com os regulamentos ambientais?		X		
105. A instituição sofreu multas ou punições pela má gestão ambiental nos últimos 5 anos?		X		
106. Há controle dessas punições?			X	
107. Há reformulação do plano de auditoria a partir do controle dessas punições?			X	
108. São feitas auditorias ambientais?		X		
109. Foi feita pelo menos de 01 auditoria por ano?		X		
110. Foram necessárias ações emergenciais como medida preditiva?			X	
111. Existem medidas preventivas para a qualidade ambiental da instituição?		X		
112. A comunidade é envolvida no processo de qualidade ambiental da instituição?		X		
113. As considerações da comunidade são catalogadas e analisadas para compor o programa de qualidade ambiental?		X		
114. Há comunicação para a imprensa sobre a responsabilidade socioambiental da instituição?			X	
115. Há processo de comunicação sobre a atuação da instituição em algum site, na questão ambiental?		X		
116. São aplicadas condições e termos da qualidade, quando da efetivação dos processos de compra de insumos e equipamentos?			X	Não tem conhecimento

117. O tratamento de resíduos hospitalares é feito na própria instituição ou por terceiros?		X		Empresa Aborgama
118. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?		X		
119. Há acompanhamento dos serviços prestados?		X		
120. É feita manutenção e inspeção dos equipamentos da instituição de maneira a garantir a qualidade ambiental?	X			
121. É definida claramente a cadeia de tomada de decisões e de responsabilidade com a qualidade ambiental?		X		
122. A responsabilidade por questões ambientais é de um único setor?	X			Departamento de Higiene Ambiental
123. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?	X			
124. Todos os setores da instituição estão envolvidos no programa de qualidade ambiental?	X			
125. Há políticas de seleção e avaliação definidas com os fornecedores?		X		
126. Há controle de projetos e pesquisas da qualidade ambiental na instituição?		X		
127. Existem procedimentos de acompanhamento das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	X			
128. Existem procedimentos de avaliação das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?	X			

ANEXO A 6 MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO

CRITÉRIO 1 6 FORNECEDORES	SIM	NÃO	NA	OBSERVAÇÕES
1. O processo hospitalar segue a legislação ambiental?				
2. Os fornecedores são monopolistas no mercado?				
3. Os fornecedores apresentam preocupação com o meio ambiente?				
4. Para a extração/transporte/processamento/distribuição da matéria prima é necessário grande consumo de energia?				
5. Os fornecedores apresentam alternativas para o tratamento de resíduos?				
CRITÉRIO 2 6 ECOEFICIÊNCIA DO PROCESSO HOSPITALAR				
A) INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS				
6. É utilizada para o tratamento de todos os resíduos a incineração?				
7. É utilizada para o tratamento de resíduos de alta periculosidade, a incineração?				
8. É verificado se existe a destruição completa e segura neste processo?				
9. Este método possui alto custo?				
10. É necessária a utilização de equipamentos especiais?				
11. As escórias e cinzas, resultantes do processo, devem ser dispostas em aterro sanitário próprio?				
12. Os efluentes líquidos são encaminhados para estação de tratamento?				
13. Os gases oriundos da queima precisam ser tratados e monitorados?				
14. O lixo hospitalar é acondicionado em sacos plásticos e eliminado manualmente em pequenos incineradores?				
15. É realizada também a incineração a céu aberto?				
B) AUTOCLAVAGEM				
16. A instituição utiliza também esta forma de tratamento?				
17. O lixo deve ser coletado em sacos plásticos, na cor branca leitosa, conforme especificação da norma ABNT, ou nos recipientes apropriados?				

18. Os sacos de lixo são depositados em caixas metálicas sem tampa, sem que haja a necessidade de abri-los?				
19. O vapor é injetado na câmara para permitir a esterilização propriamente dita?				
20. O lixo é separado e encaminhado para um aterro sanitário para deposição final?				
21. O lixo triturado, ensacado ou em container é armazenado sobre base impermeabilizada com caimento para caixa de coleta, para recolher o chorume?				
22. Os líquidos que resultarem da lavagem dos containeres e do triturador são encaminhados para a mesma caixa de coleta?				
23. Os efluentes são tratados?				
24. É realizada a secagem da carga, permitindo assim a retirada da mesma sem respingos?				
25. A instituição tem conhecimento da empresa terceirizada que faz o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?				
26. A instituição tem realizado visitas <i>on loco</i> sobre o tratamento dos resíduos hospitalares com visitas periódicas?				
27. A instituição terceiriza o serviço a mais de cinco anos?				
CRITÉRIO 3 ó TRATAMENTO COM PACIENTES				
28.Existe estrutura física adequada para o tratamento de pacientes?				
29.Existe quantidade suficiente de recursos humanos para atendimento aos pacientes?				
30.Existe conhecimento por parte dos pacientes sobre a valorização ambiental?				
31.Existe acompanhamento psicológico aos pacientes com problemas mais graves de saúde?				
32.Existe separação por setores aos pacientes com doenças contagiosas?				
CRITÉRIO 4 ó INDICADORES GERENCIAIS				
33. A organização está submetida a uma intensa fiscalização por parte dos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais?				
34. A organização é ré em alguma ação judicial referente à poluição ambiental, acidentes ambientais e/ou indenizações trabalhistas decorrentes?				
35. Já ocorreram reclamações sobre aspectos e impactos do processo hospitalar por parte da comunidade vizinha?				

36. Ocorreram acidentes ou incidentes ambientais no passado?				
37. São realizados investimentos sistemáticos em proteção ambiental?				
38. A eficiência de utilização de insumos e matérias primas é relativamente observada				
39. A quantidade mensal de matérias primas e energia utilizadas por processo hospitalar é crescente?				
CRITÉRIO 5 ó RECURSOS HUMANOS NA ORGANIZAÇÃO				
40. Os gestores estão cientes da poluição do ar pelos gases da combustão e por partículas não retidas nos filtros e precipitadores?				
41. Os gestores têm conhecimento sobre o tratamento de efluentes em visitas periódicas?				
42. Os gestores acreditam que a carga orgânica pode estar isenta de contaminação?				
43. A alta administração se mostra efetivamente comprometida com a gestão ambiental?				
44. O corpo gerencial se apresenta efetivamente comprometido com a gestão ambiental?				
45. A mão de obra empregada é altamente especializada?				
46. Os colaboradores estão voltados às inovações tecnológicas?				
47. A criatividade é um dos pontos fortes da organização e de seus colaboradores?				
48. Existe uma política de valorização do capital intelectual?				
49. A instituição possui uma política de treinamento na área de gestão de resíduos?				
50. É realizado acompanhamento do processo após curso de qualificação?				
CRITÉRIO 6 ó INDICADORES CONTÁBEIS				
A) INDICADORES AMBIENTAIS DE BENS E DIREITOS E OBRIGAÇÕES				
51. Sabe se a instituição utiliza Balanço Social?				
52. Sabe se a instituição apresenta resultados ambientais em notas explicativas?				
53. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Social?				
54. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Balanço Ambiental?				
55. Sabe se a instituição tem conhecimento da estrutura de Indicadores Ambientais?				
56. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados?				

57. Sabe se a instituição possui títulos a receber?				
58. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber?				
59. Sabe se os estoques de insumos ambientais estão devidamente listados a LP?				
60. Sabe se a instituição possui títulos a receber a LP?				
61. Sabe se a instituição possui outros créditos a receber a LP?				
62. A instituição possui bens em uso no processo de proteção, controle, preservação e recuperação ambiental?				
63. A instituição possui demais elementos do ativo permanente?				
64. A instituição possui gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias ambientais?				
65. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental?				
66. A instituição possui multas e indenizações ambientais?				
67. A instituição possui salários e encargos de especialistas da área ambiental?				
68. A instituição possui passivos ambientais, relativos a empréstimos e financiamentos de investimentos na gestão ambiental a LP?				
69. A instituição possui multas e indenizações ambientais a LP?				
70. A instituição possui reservas para contingências de natureza ambiental?				
B) INDICADORES AMBIENTAIS DE CONTAS DE RESULTADOS				
71. A instituição tem auferido receitas relativas à valorização do meio ambiente?				
72. A instituição possui receita não-operacional (fontes de financiamento de órgãos governamentais e não governamentais)?				
73. Os custos de produção são superiores as receitas?				
74. Os custos de produção atingem 50% das receitas?				
75. Os custos de produção são inferiores a 50% das receitas?				
76. Existe consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição?				

77. O consumo de recursos para controle, preservação, proteção ambiental e perda acelerada decorrente de exposição de bens à poluição tem se mantido constante?				
78. O lucro bruto tem aumentado no último período?				
79. A empresa paga honorários de profissionais especializados?				
80. A empresa paga taxas, contribuições e demais gastos relacionados com a área ambiental?				
81. A empresa paga multas e indenizações por falhas operacionais, como infração à legislação ou direito de terceiros?				
82. A empresa paga multas e indenizações por acidentes ambientais; perdas por exposição de pessoas e bens à poluição?				
C) INDICADORES DE DEMONSTRAÇÃO AMBIENTAL ESPECÍFICA				
83. Existe aquisição de estoques (parcela ainda não consumida)?				
84. Existe aquisição de imobilizados?				
85. A instituição paga insumos utilizados para redução dos impactos ambientais?				
86. A instituição possui custos relativos à adaptação à legislação?				
87. A instituição possui gastos com divulgação na área ambiental?				
88. A instituição possui redução de refugos?				
89. A instituição possui economia de energia elétrica?				
90. A instituição possui economia em transportes?				
91. A instituição possui economia de matérias primas?				
92. A instituição possui economia de gastos com pessoal? (saúde, improdutividade, absenteísmo, etc).				
93. A instituição possui grande quantidade de resíduos que causam impacto?				
CRITÉRIO 7 ó AUDITORIA AMBIENTAL				
94. Existe uma política para a qualidade ambiental definida para a instituição?				
95. Existe um plano de qualidade ambiental?				
96. Se existe, a política da qualidade ambiental é redefinida anualmente quando da elaboração do plano diretor de qualidade ambiental?				
97. Possuem instrumentos de monitoramento para o				

desenvolvimento/implantação/operacionalização dessa política de qualidade ambiental?				
98. Há um sistema informatizado sobre a gestão da qualidade ambiental na instituição?				
99. Há manual (is) de instrução sobre os programas e procedimentos do tratamento de resíduos hospitalares?				
100. Há controle de objetivos e metas atingidas pela instituição definidas pelo programa de qualidade ambiental?				
101. Há possibilidade dos funcionários sugerirem melhorias?				
102. Há produtos destinados à desmontagem, reciclagem ou reutilização?				
103. Há produtos que contêm instruções de uso e descarte ecologicamente seguros?				
104. Há controle do grau de conformidade das atividades da instituição com os regulamentos ambientais?				
105. A instituição sofreu multas ou punições pela má gestão ambiental nos últimos 5 anos?				
106. Há controle dessas punições?				
107. Há reformulação do plano de auditoria a partir do controle dessas punições?				
108. São feitas auditorias ambientais?				
109. Foi feita pelo menos de 01 auditoria por ano?				
110. Foram necessárias ações emergenciais como medida preditiva?				
111. Existem medidas preventivas para a qualidade ambiental da instituição?				
112. A comunidade é envolvida no processo de qualidade ambiental da instituição?				
113. As considerações da comunidade são catalogadas e analisadas para compor o programa de qualidade ambiental?				
114. Há comunicação para a imprensa sobre a responsabilidade socioambiental da instituição?				
115. Há processo de comunicação sobre a atuação da instituição em algum site, na questão ambiental?				
116. São aplicadas condições e termos da qualidade, quando da efetivação dos processos de compra de insumos e equipamentos?				
117. O tratamento de resíduos hospitalares é feito na própria instituição ou por terceiros?				
118. São definidas políticas ambientais para o processo de seleção para as empresas que prestam estes serviços?				

119. Há acompanhamento dos serviços prestados?				
120. É feita manutenção e inspeção dos equipamentos da instituição de maneira a garantir a qualidade ambiental?				
121. É definida claramente a cadeia de tomada de decisões e de responsabilidade com a qualidade ambiental?				
122. A responsabilidade por questões ambientais é de um único setor?				
123. A direção da instituição é envolvida e comprometida com a gestão da qualidade ambiental?				
124. Todos os setores da instituição estão envolvidos no programa de qualidade ambiental?				
125. Há políticas de seleção e avaliação definidas com os fornecedores?				
126. Há controle de projetos e pesquisas da qualidade ambiental na instituição?				
127. Existem procedimentos de acompanhamento das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				
128. Existem procedimentos de avaliação das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				
129. Existem propostas de melhorias das atividades descarte e tratamento de resíduos hospitalares em todos os setores?				

ANEXO B 6 FOTOS DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA



Figura 12: Fachada principal do Hospital, pela *Avenida 8 de Octubre*
Fonte: fotos fornecidas pelo pessoal do hospital



Figura 13: Interior do edifício principal
Fonte: fotos fornecidas pelo pessoal do hospital